



At  
h

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

**DATA DA REUNIÃO:** DOIS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E NOVE.-----

**LOCAL DA REUNIÃO:** SALÃO NOBRE DO EDIFÍCIO SEDE DO MUNICÍPIO. -----

**PRESIDIU:** O PRESIDENTE DA CÂMARA, ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES.-----

**PRESENÇAS E FALTAS:**-----

**PRESIDENTE** ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES – PS – PRESENTE.-

-----  
**VEREADOR DR. JOÃO MANUEL MACHADO FARIA DE ABREU – PSD – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.**-----

**VEREADORA** ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

-----  
**VEREADOR ALÍRIO ANTÓNIO DE SOUSA CANCELES – PSD – PRESENTE.**-----

-----  
**VEREADOR LUÍS GONZAGA DA SILVA FREITAS RODRIGUES – PS – PRESENTE.**-----

-----  
**VEREADORA DRA. MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PSD – PRESENTE.**-

-----  
**VEREADORA DRA. JÚLIA ODETE DE PAIVA GODINHO MOINHOS COSTA – PS – PRESENTE A PARTIR DA ALÍNEA D), INCLUSIVE, DO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.**-----

**VEREADOR DR. MÁRIO DUARTE RORIZ DE OLIVEIRA – PSD – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.**-----

**VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.**-----

-----  
**HORA DE INICIO DA REUNIÃO:** DEZ HORAS E QUINZE MINUTOS.-----

**HORA DE ENCERRAMENTO:** ONZE HORAS.-----



**SECRETARIOU A FUNCIONÁRIA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.**-----

**ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ACTA.**-----

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**a)** Em cumprimento do disposto no n.º 3 do art.º 65º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, o Senhor Presidente deu conhecimento dos seus despachos a seguir referidos, proferidos ao abrigo de competência delegada pela Câmara Municipal:-----

— Despacho de catorze de Novembro findo, que aprovou a 12ª modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2009, que consistiu na 11ª alteração ao Orçamento da Despesa e ao Plano Plurianual de Investimentos, do qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante constituindo as subsequentes sete folhas;-----

— Despacho de dezoito de Novembro findo, que aprovou a 13ª modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2009, que consistiu na 12ª alteração ao Orçamento da Despesa e ao Plano Plurianual de Investimentos, do qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante constituindo as folhas treze a dezassete da presente acta;-----

— Despacho de dois do mesmo mês de Novembro, que homologou trabalhos a mais executados na empreitada de “Rectificação e pavimentação do C.P. Couto a Valinhas – Monte Córdova”, no valor de 17.228,68 € (dezassete mil duzentos e vinte e oito euros e sessenta e oito cêntimos).-----

A referida empreitada foi adjudicada à sociedade Cunha Duarte S.A. por despacho inicial do Presidente da Câmara, de quinze de Setembro de dois mil e oito, do qual o executivo camarário tomou conhecimento em reunião de um de Outubro do mesmo ano.-----

**b)** Para conhecimento da actividade da câmara municipal, o Senhor Presidente deu também conhecimento dos seguintes despachos:-----



- Despacho de onze de Novembro findo, que adjudicou à sociedade Prosport – Rocha, Moreira, Pinto & Soares Lda a obra denominada “Manutenção e apetrechamento das EB 2 e 3 de Vila das Aves e S. Rosendo” pelo preço de 83.700,00 € (oitenta e três mil e setecentos euros), mais IVA;--

- Despacho de onze de Novembro findo, do qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante constituindo as folhas dezoito a trinta e duas, que subdelegou e delegou competências no Vereador Luis Gonzaga da Silva Freitas Rodrigues;-----

- Despacho da mesma data, do qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as folhas trinta e três a trinta e quatro da mesma, que subdelegou e delegou competências na Vereadora Eng.ª Ana Maria Moreira Ferreira;-----

- Despacho da mesma data, do qual igualmente se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as folhas trinta e cinco a trinta e oito da mesma, que subdelegou e delegou competências na Vereadora Dra. Júlia Odete de Paiva Godinho Moinhos Costa.-----

- Despacho também da mesma data, do qual igualmente se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as folhas trinta e nove a quarenta e duas da mesma, que subdelegou e delegou competências no Vereador Dr. José Pedro dos Santos Ferreira Machado.-----

c) Pelos Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata foi dito:-----

Na sequência do que foi dado conhecimento na última reunião de câmara, apresentaram um requerimento, datado de vinte e quatro de Novembro findo, a requerer fotocópia do Relatório Final da Acção inspectiva realizada pela IGAL à Câmara Municipal. Pretendem ser informados se a fotocópia do Relatório requerida lhes vai ser fornecida.-----

Pelo Senhor Presidente da câmara foi dito:-----

“Tal e qual esclareci todos os senhores vereadores na última reunião de câmara, o referido processo está à disposição de todos os Senhores Vereadores na câmara municipal, para consulta do mesmo, caso o desejem”.-----



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

Neste momento compareceu na reunião a Senhora Vereadora Dra. Júlia Moinhos Costa.

**d)** Pelos Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata foi apresentada o seguinte pedido de esclarecimentos:-----

REUNIÃO DE CÂMARA – 02 DE DEZEMBRO DE 2009

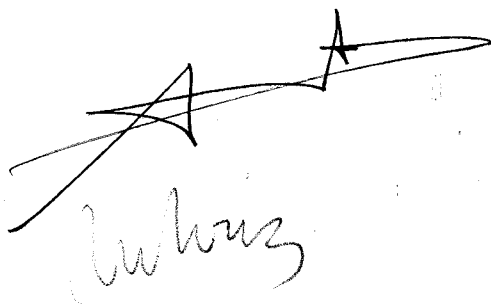
Período de Antes da Ordem do Dia

Os vereadores eleitos nas listas do PPD/PSD solicitam esclarecimentos sobre as seguintes matérias:

1- Quais os critérios subjacentes à selecção e contratação dos profissionais que orientam nas escolas básicas do concelho de Santo Tirso, as Actividades ~~curriculares~~ <sup>DE</sup> *ENTREGUEIRO CURRICULAR?*

2 – Qual, ou quais os vínculos contratuais estabelecidos com os trabalhadores recrutados para assegurar as actividades referidas no ponto 1.

Santo Tirso, 2009-12-02

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'J. Sousa', with a large, stylized flourish above it.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

06

## DESPACHO

António Alberto de Castro Fernandes, Presidente do Município de Santo Tirso, decido ao abrigo da deliberação de executivo de 05/11/2009, item 6, n.º 2-b), aprovar a 12ª modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2009, com reforço de verbas no montante de 1.763.932,19€ (um milhão, setecentos e sessenta e três mil, novecentos e trinta e dois euros, dezanove centimos), coberto pela anulação parcial de outras dotações do Orçamento de despesas, cujo teor passa a constituir as subsequentes 6 folhas do presente despacho.

O presente despacho fundamenta-se na necessidade de reforçar algumas dotações orçamentais, para que seja possível o normal funcionamento da autarquia.

À próxima reunião ordinária para conhecimento e à Divisão de Gestão Financeira para execução.

Santo Tirso, 14 de Novembro de 2009

O Presidente,

Castro Fernandes



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

07  
Ar

# GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2009

## MODIFICAÇÃO N.º 12

ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DESPESA N.º 11

ALTERAÇÃO AO PLANO PLURIANUAL INVESTIMENTOS N.º 11

Novembro 2009

AR

Tipo de Modificação : AOD - ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Número : 11		
Orgânica	Economica	Plano	Designação ( Economica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
02	010101		Titulares órgãos soberania e membros órgãos autárq	210.000,00	15.000,00	
02	01010401		Município	4.280.000,00	280.000,00	
02	01010402		Não docente	1.198.000,00	80.000,00	
02	01010601		Município	800.000,00		230.000,00
02	01010602		Não docente	278.000,00		200.000,00
02	01010801		Município	20.000,00	5.000,00	
02	0101130101		Município	400.000,00	35.000,00	
02	0101130102		Não docente	84.500,00		30.000,00
02	0101130201		Município	87.000,00		8.000,00
02	0101130202		Não docente	77.500,00	7.000,00	
02	0101140101		Município	760.000,00	30.000,00	
02	0101140201		Município	262.000,00	72.000,00	
02	01011501		Município	45.000,00		50.000,00
02	010205		Abono para falhas	13.000,00	1.000,00	
02	01021001		Município	7.500,00		3.000,00
02	010302		Outros encargos com a saúde	100.000,00		15.000,00
02	01030501		Assistência na doença funcionários públicos	200.000,00	50.000,00	
02	0103050202		Não docente	5.000,00		195.000,00
02	0103050301		Município	400.000,00	100.000,00	
02	0103090101		Município	160.000,00	40.000,00	
02	0103090102		Não docente	5.000,00		35.000,00
02	01031001		Município	205.000,00	60.000,00	
02	01031002		Não docente	26.000,00		9.000,00
02	020101		Matérias-primas e subsidiarias	455.000,00	50.000,00	
02	02010299		Outros	195.000,00		20.000,00
02	020105		Alimentação - refeições confeccionadas	850.000,00		100.000,00
02	020106		Alimentação géneros para confeccionar	54.000,00	4.000,00	
02	020107		Vestuário e artigos pessoais	69.000,00		5.000,00
02	020108		Material escritorio	195.000,00		10.000,00
02	020114		Outro material peças	1.000,00		4.000,00
02	020115		Prémios condecorações e ofertas	183.000,00	10.000,00	
02	020117		Ferramentas e utensilios	30.000,00	5.000,00	
02	020118		Livros e documentação tecnica	1.000,00		4.000,00
02	020120		Material educação cultura e recreio	670.000,00	50.000,00	
02	02020101		Electricidade	560.000,00	50.000,00	
02	02020102		Água	127.000,00	20.000,00	
02	020203		Conservação bens	158.000,00	20.000,00	
02	020204		Locação edificios	194.000,00	2.000,00	
02	020208		Locação outros bens	35.000,00		20.000,00
02	020209		Comunicações	210.000,00	20.000,00	
02	020217		Publicidade	80.000,00		15.000,00
02	020220		Outros trabalhos especializados	482.000,00		50.000,00
02	020225		Outros serviços	3.050.000,00	400.000,00	
02	03010302		Empréstimos médio longo prazo	871.000,00		29.000,00
02	03010502		Empréstimos de médio e longos prazos	1.000,00		17.000,00
02	04050102		Freguesias	620.000,00	20.000,00	
02	04050104		Associação Municípios	2.330.000,00		320.000,00
02	040802		Outras	383.000,00		50.000,00
02	06020301		Outras restituições	8.000,00	1.000,00	
02	06020302		IVA pago	17.000,00		8.000,00
02	07010301		Instalações serviços	1.356.047,65	43.000,00	
02	07010305		Escolas	9.648.274,61		57.990,34
02	07010401		Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	10.299.275,13	92.990,34	
02	07010409		Sinalização e trânsito	187.620,65	2.000,00	
02	070111		Ferramentas e utensilios	60.000,00		80.000,00
Total de Aumentos/Diminuições:					1.564.990,34	1.564.990,34
Tipo de Modificação : API - ALTERAÇÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS				Número : 11		
Orgânica	Economica	Plano	Designação ( Economica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
02	07010401	2002 I 188	PAVIMENTAÇÃO RUA DO OUTEIRO - 2ªFASE - BURGÃES	89.625,15	3.762,68	
02	07010409	2002 I 386	EQUIPAMENTO SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA ÁREA CONCELHO	96.795,52	2.000,00	
02	070111	2003 I 56	VIATURA P/ DESOBSTRUÇÃO E LIMPEZA REDES DRENAGEM C	20.000,00		80.000,00
02	07010401	2004 I 119	RECTIFICAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO CP COUTO A VALINHAS -	199.955,17	16.767,66	

02	07010301	2006 I 151	REMODELACÃO E AMPLIAÇÃO EDIFÍCIO SMAES	688.589,25	43.000,00	
02	07010305	2007 I 26	AMPLIAÇÃO EDIFÍCIO ESCOLAR - S. MIGUEL COUTO	410.724,42	30.000,00	
02	07010305	2007 I 46	ADAPTAÇÃO, CONSTRUÇÃO EQUIPAMENTO CANTINAS NAS ESC	60.000,00	10.000,00	
02	07010401	2008 I 47	REQUALIFICAÇÃO ÁREA INDUSTRIAL POUPA	24.960,00	19.960,00	
02	07010401	2009 I 7	ESTRUTURA VIÁRIA ENVOLVENTE ROTUNDA A41/VARIANTE E	56.500,00	52.500,00	
02	07010305	2009 I 36	MANUTENÇÃO E APETRECHAMENTO ESCOLAS EB2/3 CONCELHO	120.951,51	20.951,51	
02	07010305	2009 I 39	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO AO ABRIGO P	736.058,15		118.941,85
Total de Aumentos/Diminuições:					198.941,85	198.941,85
Total Geral :					1.763.932,19	1.763.932,19

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Página: 1
MUNICÍPIO DE SANTO TIROSO		MODIFICAÇÃO NUMERO: 12 ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA NUMERO 11 DO ANO CONTABILISTICO DE 2009 DATA DE APROVAÇÃO 2009/11/14				10
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA			
			DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	ECONÔMICA	DESCRIÇÃO		INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	
02		CÂMARA MUNICIPAL	43.003.718,04	1.564.990,34	1.564.990,34	43.003.718,04
	01	DESPESAS COM O PESSOAL	9.623.500,00	775.000,00	775.000,00	9.623.500,00
	0101	Remunerações certas e permanentes	8.496.000,00	524.000,00	518.000,00	8.502.000,00
	010101	Titulares órgãos soberania e membros órgãos autárquicos	195.000,00	15.000,00		210.000,00
	010104	Pessoal quadros-regime contrato individual trabalho	5.118.000,00	360.000,00		5.478.000,00
	01010401	Município	4.000.000,00	280.000,00		4.280.000,00
	01010402	Não docente	1.118.000,00	80.000,00		1.198.000,00
	010106	Pessoal contratado a termo	1.508.000,00		430.000,00	1.078.000,00
	01010601	Município	1.030.000,00		230.000,00	800.000,00
	01010602	Não docente	478.000,00		200.000,00	278.000,00
	010108	Pessoal aguardando aposentação	15.000,00	5.000,00		20.000,00
	01010801	Município	15.000,00	5.000,00		20.000,00
	010113	Subsidio refeição	645.000,00	42.000,00	38.000,00	649.000,00
	01011301	Pessoal quadros	479.500,00	35.000,00	30.000,00	484.500,00
	0101130101	Município	365.000,00	35.000,00		400.000,00
	0101130102	Não docente	114.500,00		30.000,00	84.500,00
	01011302	Pessoal em qualquer outra situação	165.500,00	7.000,00	8.000,00	164.500,00
	0101130201	Município	95.000,00		8.000,00	87.000,00
	0101130202	Não docente	70.500,00	7.000,00		77.500,00
	010114	Subsidios férias e natal	920.000,00	102.000,00		1.022.000,00
	01011401	Pessoal dos quadros	730.000,00	30.000,00		760.000,00
	0101140101	Município	730.000,00	30.000,00		760.000,00
	01011402	Pessoal em qualquer outra situação	190.000,00	72.000,00		262.000,00
	0101140201	Município	190.000,00	72.000,00		262.000,00
	010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	95.000,00		50.000,00	45.000,00
	01011501	Município	95.000,00		50.000,00	45.000,00
	0102	Abonos variaveis ou eventuais	22.500,00	1.000,00	3.000,00	20.500,00
	010205	Abono para falhas	12.000,00	1.000,00		13.000,00
	010210	Subsidio trabalho nocturno	10.500,00		3.000,00	7.500,00
	01021001	Município	10.500,00		3.000,00	7.500,00
	0103	Segurança social	1.105.000,00	250.000,00	254.000,00	1.101.000,00
	010302	Outros encargos com a saúde	115.000,00		15.000,00	100.000,00
	010305	Contribuições para segurança social	650.000,00	150.000,00	195.000,00	605.000,00
	01030501	Assistência na doença funcionários públicos	150.000,00	50.000,00		200.000,00
	01030502	Segurança social dos funcionários públicos	200.000,00		195.000,00	5.000,00
	0103050202	Não docente	200.000,00		195.000,00	5.000,00
	01030503	Segurança Social regime geral	300.000,00	100.000,00		400.000,00
	0103050301	Município	300.000,00	100.000,00		400.000,00
	010309	Seguros	160.000,00	40.000,00	35.000,00	165.000,00
	01030901	Seguros acidentes trabalho e doenças profissionais	160.000,00	40.000,00	35.000,00	165.000,00
	0103090101	Município	120.000,00	40.000,00		160.000,00
	0103090102	Não docente	40.000,00		35.000,00	5.000,00
	010310	Outras despesas segurança social	180.000,00	60.000,00	9.000,00	231.000,00
	01031001	Município	145.000,00	60.000,00		205.000,00
	01031002	Não docente	35.000,00		9.000,00	26.000,00
	02	Aquisições bens serviços	7.196.000,00	631.000,00	228.000,00	7.599.000,00
	0201	Aquisições bens	2.727.000,00	119.000,00	143.000,00	2.703.000,00
	020101	Matérias-primas e subsidiarias	405.000,00	50.000,00		455.000,00
	020102	Combustiveis e lubrificantes	215.000,00		20.000,00	195.000,00
	02010299	Outros	215.000,00		20.000,00	195.000,00
	020105	Alimentação - refeições confeccionadas	950.000,00		100.000,00	850.000,00
	020106	Alimentação géneros para confeccionar	50.000,00	4.000,00		54.000,00
	020107	Vestuário e artigos pessoais	74.000,00		5.000,00	69.000,00
	020108	Material escritorio	205.000,00		10.000,00	195.000,00
	020114	Outro material peças	5.000,00		4.000,00	1.000,00
	020115	Prémios condecorações e ofertas	173.000,00	10.000,00		183.000,00
	020117	Ferramentas e utensílios	25.000,00	5.000,00		30.000,00
	020118	Livros e documentação tecnica	5.000,00		4.000,00	1.000,00
	020120	Material educação cultura e recreio	620.000,00	50.000,00		670.000,00
	0202	Aquisição serviços	4.469.000,00	512.000,00	85.000,00	4.896.000,00
	020201	Encargos instalações	617.000,00	70.000,00		687.000,00
	02020101	Electricidade	510.000,00	50.000,00		560.000,00

MUNICÍPIO DE SANTO TIRO

MODIFICAÇÃO NÚMERO: 12

ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA NÚMERO 11 DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2009

DATA DE APROVAÇÃO 2009/11/14

11

IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA			
			DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE
				INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	ECONÔMICA	DESCRIÇÃO				
	02020102	Água	107.000,00	20.000,00		127.000,00
	020203	Conservação bens	138.000,00	20.000,00		158.000,00
	020204	Locação edificios	192.000,00	2.000,00		194.000,00
	020208	Locação outros bens	55.000,00		20.000,00	35.000,00
	020209	Comunicações	190.000,00	20.000,00		210.000,00
	020217	Publicidade	95.000,00		15.000,00	80.000,00
	020220	Outros trabalhos especializados	532.000,00		50.000,00	482.000,00
	020225	Outros serviços	2.650.000,00	400.000,00		3.050.000,00
	03	Juros e outros encargos	918.000,00		46.000,00	872.000,00
	0301	Juros da dívida publica	918.000,00		46.000,00	872.000,00
	030103	Sociedades financeiras-bancos e outras instituições financeiras	900.000,00		29.000,00	871.000,00
	03010302	Empréstimos médio longo prazo	900.000,00		29.000,00	871.000,00
	030105	Administração pública central - Estado	18.000,00		17.000,00	1.000,00
	03010502	Empréstimos de médio e longos prazos	18.000,00		17.000,00	1.000,00
	04	Transferencias correntes	3.683.000,00	20.000,00	370.000,00	3.333.000,00
	0405	Administração local	3.250.000,00	20.000,00	320.000,00	2.950.000,00
	040501	Continente	3.250.000,00	20.000,00	320.000,00	2.950.000,00
	04050102	Freguesias	600.000,00	20.000,00		620.000,00
	04050104	Associação Municípios	2.650.000,00		320.000,00	2.330.000,00
	0408	Famílias	433.000,00		50.000,00	383.000,00
	040802	Outras	433.000,00		50.000,00	383.000,00
	06	Outras despesas correntes	32.000,00	1.000,00	8.000,00	25.000,00
	0602	Diversas	32.000,00	1.000,00	8.000,00	25.000,00
	060203	Outras	32.000,00	1.000,00	8.000,00	25.000,00
	06020301	Outras restituições	7.000,00	1.000,00		8.000,00
	06020302	IVA pago	25.000,00		8.000,00	17.000,00
	07	Aquisição bens capital	21.551.218,04	137.990,34	137.990,34	21.551.218,04
	0701	Investimentos	21.551.218,04	137.990,34	137.990,34	21.551.218,04
	070103	Edifícios	11.019.312,60	43.000,00	57.990,34	11.004.322,26
	07010301	Instalações serviços	1.313.047,65	43.000,00		1.356.047,65
	07010305	Escolas	9.706.264,95		57.990,34	9.648.274,61
	070104	Construções diversas	10.391.905,44	94.990,34		10.486.895,78
	07010401	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	10.206.284,79	92.990,34		10.299.275,13
	07010409	Sinalização e trânsito	185.620,65	2.000,00		187.620,65
	070111	Ferramentas e utensílios	140.000,00		80.000,00	60.000,00
TOTAL ...			43.003.718,04	1.564.990,34	1.564.990,34	43.003.718,04
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES ....				1.427.000,00	1.427.000,00	
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL ...				137.990,34	137.990,34	

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

O Presidente da Câmara,

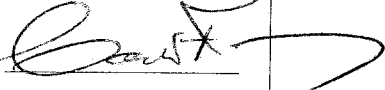
Aprovada em reunião de \_\_\_\_

Os Vereadores:

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS													Página : 1
MUNICIPIO DE SANTO TIRSO		MODIFICAÇÃO NÚMERO : 12 ALTERAÇÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS		NÚMERO 11 DO ANO CONTABILISTICO 2009		DATA DE APROVAÇÃO 2009/11/14									
OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	NÚMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	CODIGO DA CLASSIFIC. ORGANICA	CODIGO DA CLASSIFIC. ECONOMICA	DATAS		EX	VALOR REALIZADO	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE	
					INICIO	FIM			ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)		ANOS SEGUINTE	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
									TOTAL	DEFINIDO					NAO DEFINIDO
1.		Funções gerais													
1.1.		Serviços gerais de administração pública													
1.1.1.		Administração geral													
1.1.1.	01	2003 56 VIATURA P/ DESOBRSTURÇÃO E LIMPEZA REDES	02	070111	2003/01/01	2010/12/31	0		100.000,00	100.000,00		130.000,00		80.000,00	20.000,00
1.1.1.	12	2006 151 DRENAGEM CONCELHO SANTO TIRSO	02	07010301	2005/12/02	2009/12/31	3		645.589,25	645.589,25			43.000,00		688.589,25
2.		Funções sociais													
2.1.		Educação													
2.1.1.		Ensino não superior													
2.1.1.	05	2007 26 AMPLIAÇÃO EDIFÍCIO ESCOLAR - S. MIGUEL	02	07010305	2007/01/01	2009/12/31	2		380.724,42	380.724,42			30.000,00		410.724,42
2.1.1.	25	2007 46 CONTO	02	07010305	2007/01/01	2009/12/03	0		50.000,00	50.000,00			10.000,00		60.000,00
2.1.1.	03	2009 36 ADAPTAÇÃO, CONSTRUÇÃO EQUIPAMENTO CANTINAS	02	07010305	2009/01/01	2009/12/31	0		100.000,00	100.000,00			20.951,51		120.951,51
2.1.1.	06	2009 39 MANUTENÇÃO E APETRECHAMENTO ESCOLAS EB2/3	02	07010305	2009/01/01	2009/12/31	0		855.000,00	855.000,00		118.941,85		118.941,85	736.058,15
2.4.		Habituação e serviços colectivos													
2.4.2.		Ordenamento do território													
2.4.2.	05	2009 7 ESTRUCTURA VIÁRIA ENVOLVENTE ROTUNDA	02	07010401	2009/01/01	2010/12/31	0		4.000,00	4.000,00		-52.500,00	52.500,00		56.500,00
3.		Funções económicas													
3.2.		Indústria e energia													
3.2.	02	2008 47 REQUALIFICAÇÃO ÁREA INDUSTRIAL POUPA	02	07010401	2008/01/01	2010/12/31	0		5.000,00	5.000,00		95.040,00	19.960,00		24.960,00
3.3.		Transportes e comunicações													
3.3.1.		Rede viária urbana e rural													
3.3.1.	046	2002 188 PAVIMENTAÇÃO RUA DO OUTEIRO - 2ªFASE -	02	07010401	2000/08/22	2009/12/31	2		85.862,47	85.862,47			3.762,68		89.625,15
3.3.1.	177	2002 386 BURGÃES	02	07010409	2000/06/29	2009/12/31	1		94.795,52	94.795,52			2.000,00		96.795,52
3.3.1.	082	2004 119 EQUIPAMENTO SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA ÁREA	02	07010401	2004/01/01	2009/12/31	2		183.187,51	183.187,51			16.767,66		199.955,17
TOTAL ...									2.504.159,17	2.504.159,17		291.481,85	198.941,85	198.941,85	2.504.159,17

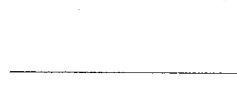
O PRESIDENTE DO ORÇÃO EXECUTIVO

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_



ORÇÃO EXECUTIVO

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_





CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

h 13  
Aa

## DESPACHO

António Alberto de Castro Fernandes, Presidente do Município de Santo Tirso, decido ao abrigo da deliberação de executivo de 05/11/2009, item 6, n.º 2-b), aprovar a 13ª modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2009, com reforço de verbas no montante de 360.000,00€ (trezentos e sessenta mil euros), coberto pela anulação parcial de outras dotações do Orçamento de despesas, cujo teor passa a constituir as subseqüentes 4 folhas do presente despacho.

O presente despacho fundamenta-se na necessidade de reforçar algumas dotações orçamentais, para que seja possível o normal funcionamento da autarquia.

À próxima reunião ordinária para conhecimento e à Divisão de Gestão Financeira para execução.

Santo Tirso, 18 de Novembro de 2009

O Presidente,

.....  
Castro Fernandes



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

14

*[Handwritten signature]*

# GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2009

## MODIFICAÇÃO N.º 13

ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DESPESA N.º 12

ALTERAÇÃO AO PLANO PLURIANUAL INVESTIMENTOS N.º 12

Novembro 2009

*Handwritten signature and initials*

Tipo de Modificação : AOD - ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Número : 12		
Orgânica	Econômica	Plano	Designação ( Econômica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
02	020101		Matérias-primas e subsidiárias	455.000,00	100.000,00	
02	020203		Conservação bens	158.000,00	15.000,00	
02	040802		Outras	383.000,00		20.000,00
02	05010101		Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	2.260.000,00		100.000,00
02	060201		Impostos e taxas	155.000,00	5.000,00	
02	07010305		Escolas	9.648.274,61		120.000,00
02	07010405		Parques e jardins	1.798.387,36	120.000,00	
Total de Aumentos/Diminuições:					240.000,00	240.000,00
Tipo de Modificação : API - ALTERAÇÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS				Número : 12		
Orgânica	Econômica	Plano	Designação ( Econômica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
02	07010405	2006 I 184	LIMPEZA E REQUALIFICAÇÃO LINHAS ÁGUA: AVE, LEÇA, S	25.000,00	120.000,00	
02	07010305	2009 I 39	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO AO ABRIGO P	736.058,15		120.000,00
Total de Aumentos/Diminuições:					120.000,00	120.000,00
Total Geral :					360.000,00	360.000,00

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_  
*Handwritten signature*

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA					Página: 1	
MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO		MODIFICAÇÃO NÚMERO: 13 ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA NÚMERO 12 DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2009 DATA DE APROVAÇÃO					16	
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA					
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	ECONÔMICA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE		O B S
				INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES			
02		CÂMARA MUNICIPAL	14.857.661,97	240.000,00	240.000,00	14.857.661,97		
	02	Aquisições bens serviços	613.000,00	115.000,00		728.000,00		
	0201	Aquisições bens	455.000,00	100.000,00		555.000,00		
	020101	Matérias-primas e subsidiárias	455.000,00	100.000,00		555.000,00		
	0202	Aquisição serviços	158.000,00	15.000,00		173.000,00		
	020203	Conservação bens	158.000,00	15.000,00		173.000,00		
	04	Transferências correntes	383.000,00			383.000,00		
	0408	Famílias	383.000,00		20.000,00	363.000,00		
	040802	Outras	383.000,00		20.000,00	363.000,00		
	05	Subsídios	2.260.000,00		20.000,00	2.240.000,00		
	0501	Sociedades e quase-sociedade não financeira	2.260.000,00		100.000,00	2.160.000,00		
	050101	Públicas	2.260.000,00		100.000,00	2.160.000,00		
	05010101	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	2.260.000,00		100.000,00	2.160.000,00		
	06	Outras despesas correntes	2.260.000,00		100.000,00	2.160.000,00		
	0602	Diversas	155.000,00	5.000,00		160.000,00		
	060201	Impostos e taxas	155.000,00	5.000,00		160.000,00		
	07	Aquisição bens capital	11.446.661,97	5.000,00		11.441.661,97		
	0701	Investimentos	11.446.661,97	120.000,00	120.000,00	11.446.661,97		
	070103	Edifícios	9.648.274,61	120.000,00	120.000,00	9.528.274,61		
	07010305	Escolas	9.648.274,61		120.000,00	9.528.274,61		
	070104	Construções diversas	1.798.387,36	120.000,00	120.000,00	1.918.387,36		
	07010405	Parques e jardins	1.798.387,36	120.000,00		1.918.387,36		
TOTAL ...			14.857.661,97	240.000,00	240.000,00	14.857.661,97		
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES ....				120.000,00	120.000,00			
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL ...				120.000,00	120.000,00			

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

O Presidente da Câmara, \_\_\_\_\_

Aprovada em reunião de \_\_\_\_\_

Os Vereadores:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	CODIGO DA CLASSIFIC. ORGANICA	CODIGO DA CLASSIFIC. ECONOMICA	DATAS		EX	VALOR REALIZADO	DOTAÇÃO ANTERIOR				MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE
					INICIO	FIM			ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	
									TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO				
2. 2.1. 2.1.1. 2.1.1.	06	2009 39	Funções sociais Educação Ensino não superior CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO AO ABRIGO PROTOCOLO TRANSFERÊNCIAS COMPETÊNCIAS - EB2/3 S. ROSENDO - SANTO TIRO	02	07010305	2009/01/01	2009/12/31	0	736.058,15	736.058,15		118.941,85		120.000,00	616.058,15
2.4. 2.4.6. 2.4.6.	12	2006 184	Habitação e serviços colectivos Protecção do meio ambiente e conservação da natureza LIMPEZA E REQUALIFICAÇÃO LINHAS ÁGUA: AVE, LEÇA, SANGUINHEDO, MATADOURO, PELE, ASMOS, ...)	02	07010405	2005/12/02	2009/12/31	0	25.000,00	25.000,00			120.000,00		145.000,00
TOTAL ...									761.058,15	761.058,15		118.941,85	120.000,00	120.000,00	761.058,15

O PRESIDENTE DO ÓRGÃO EXECUTIVO

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

18  
*[Handwritten signature]*

## **DESPACHO**

### **Delegação de Competências no Senhor Vereador Luís Gonzaga da Silva Freitas Rodrigues**

Na sequência do meu despacho de dois do corrente mês de Novembro, que nomeou o Senhor Luís Gonzaga da Silva Freitas Rodrigues vereador em regime de permanência, e do meu despacho desta data que distribuiu pelos Senhores Vereadores funções de coordenação relativamente a algumas áreas de actuação municipal, e atenta a diversidade e amplitude das áreas de actuação da Câmara Municipal, que me compete coordenar;-----

Considerando que na adopção de medidas de modernização administrativa, de forma a aperfeiçoar os sistemas internos de gestão, organização e funcionamento, devem ser privilegiados os mecanismos de delegação e subdelegação de competências, nos termos legalmente previstos, que propiciem respostas céleres às solicitações dos utentes e proporcionem um pronto cumprimento de obrigações e uma gestão mais célere e desburocratizada;-----

Ao abrigo do disposto nos artigos 58º, n.º 4 e 69º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, delego e subdelego competências no Senhor Vereador Luis Gonzaga da Silva Freitas Rodrigues, com a faculdade de subdelegação no pessoal dirigente, nos termos legais, nos termos que passo a enunciar:-----



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

19  
Handwritten signature

**1 – COMPETÊNCIAS SUBDELEGADAS:**-----

- a) Executar e velar pelo cumprimento das deliberações da Assembleia Municipal;-----
- b) Alienar os bens móveis que se tornem dispensáveis nos termos da lei;-----
- c) Decidir sobre o estacionamento de veículos nas ruas e demais lugares públicos;-----
- d) Estabelecer a denominação das ruas e praças das povoações e estabelecer as regras de numeração dos edifícios;-----
- e) Gerir os bens imóveis do domínio público do município, nomeadamente a prática dos actos relativos ao uso, administração, tutela e defesa desses bens, nos termos previstos no Decreto-Lei 280/2007, de 07 de Agosto, com excepção dos espaços destinados a jardins;-----
- f) Remeter ao Tribunal de Contas, nos termos da lei, as contas do município;-----
- g) Elaborar e aprovar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação;-----
- h) Elaborar os documentos de prestação de contas, a submeter à aprovação da câmara municipal e à apreciação do órgão deliberativo;-----
- i) Decidir os pedidos de licenciamento de instalação de recintos itinerantes e improvisados, nos termos previstos no artigo 3º do DL 268/2009, de 29 de Setembro;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

20  
AK

j) Competências previstas no Decreto – Lei 310/2002, de 18 de Dezembro (regula o regime jurídico do licenciamento do exercício e da fiscalização de **diversas actividades**):-----

1. A competência prevista no artigo 10º do mesmo diploma legal, para atribuição da licença para o exercício da actividade de venda ambulante de lotarias;-----

2. A competência prevista no artigo 14º daquele diploma legal, para atribuição da licença para o exercício da actividade de arrumador de automóveis;-----

3. A competência prevista no n.º 1 do artigo 18º do mesmo diploma legal, para decidir sobre os pedidos de realização de acampamentos ocasionais fora dos locais adequados à prática do campismo e caravanismo;-----

4. Decidir sobre a revogação da licença referida no número anterior, nos termos previstos no respectivo regulamento;-----

5. A competência prevista no n.º 1 do artigo 23º do mesmo Decreto-Lei, para decidir sobre os pedidos de concessão ou renovação da licença de exploração de máquinas de diversão, nos termos legal e regulamentarmente previstos;-----

6. Pronunciar-se sobre os requerimentos de comunicação de mudança de local de exploração de máquinas de diversão, nos termos previstos no artigo 42º do Regulamento aprovado pela Assembleia Municipal em 18 de Dezembro de 2003;-----

7. A competência prevista no n.º 1 do artigo 29º do referido diploma legal, para concessão de licenças para a realização de arraiais, romarias, bailes,



**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO**

Ar 21  
[Handwritten signature]

provas desportivas e outros divertimentos públicos organizados nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre, nos termos previstos na lei;-----

8. A competência prevista no n.º 1 do artigo 35º do mesmo Decreto-Lei, para concessão de licenças para a actividade de venda de bilhetes para espectáculos ou divertimentos públicos em agências ou postos de venda;-----

9. A competência prevista no n.º 2 do artigo 39º, para licenciar a realização das fogueiras aí referidas;-----

10. A competência prevista no n.º 1 do artigo 41º, para a concessão de licenças para a realização de leilões em lugares públicos.-----

k) Competências previstas no **Regulamento Geral do Ruído**, aprovado pelo **Decreto-Lei 9/2007, de 17 Janeiro**;-----

1. Emitir a licença especial de ruído prevista no n.º 1 do artigo 15º do referido Regulamento, para o exercício de actividades ruidosas temporárias, nos termos legalmente previstos.-----

l) Competências previstas no **Decreto – Lei 122/79, de 8 de Maio (venda ambulante)**;-----

1. A competência prevista no n.º 8 do artigo 18º, para decidir o pedido de concessão do cartão de vendedor ambulante;-----

2. A competência para decidir os pedidos de renovação anual do cartão de vendedor ambulante.-----

m) Emitir licenças, matrículas, livretes e transferências de propriedade e respectivos averbamentos e proceder a exames, registos e fixação de contingentes relativamente a veículos, nos casos legalmente previstos.-----



**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO**

Ar 22  
22

n) A competência para a prática dos actos previstos nos números 2 e 3 do artigo 11º do Regulamento da Actividade de Transportes em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros;-----

**o) Em matéria de realização de Despesas Públicas e da Contratação Pública (Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008, de 29 de Janeiro).**-----

1. Praticar os actos a seguir referidos, cuja estimativa / preço base / preço contratual do valor global do respectivo contrato seja superior a 149.639,37 € (30.0000 contos) e inferior ou igual a 748.196,85 € (150.000 contos), quando tais actos digam respeito a contratos de locação ou aquisição de bens móveis e aquisição de serviços, com excepção dos contratos de tarefa e avença previstos no artigo 35º da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro:-----

1.1 Tomar a decisão de contratar prevista no n.º 1 do artigo 36º do referido Código;-----

1.2 Aprovar as peças dos procedimentos de formação dos contratos;-

1.3 Decidir sobre a escolha do procedimento de formação dos contratos;-----

1.4 Designar o júri do procedimento, nos termos previstos no artigo 67º do mesmo Código, e designar peritos ou consultores para o apoiarem, de harmonia com o previsto no n.º 6 do artigo 68º;-----

1.5 Proceder à rectificação de erros e omissões das peças do procedimento, de harmonia com o previsto no n.º 3 do artigo 50º;-----

1.6 Pronunciar-se sobre os erros e as omissões do caderno de encargos identificados pelos interessados nos termos do n.º 5 do artigo 61º;-----



**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO**

in Ac 23  
f

1.7 Decidir prorrogações do prazo fixado para apresentação das propostas, de harmonia com o previsto no n.º 4 do artigo 64º e nos termos legalmente previstos;-----

1.8 Decidir sobre a classificação de documentos, nos termos previstos no artigo 66º, e promover a respectiva desclassificação, nos termos da mesma norma legal;-----

1.9 Notificar o adjudicatário para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 77º;-----

1.10 Nos procedimentos por ajuste directo, tomar a decisão prevista no n.º 1 do artigo 126º - exigir ao adjudicatário a apresentação de documentos de habilitação;-----

1.11 Notificar os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, nos termos do artigo 85º do mesmo Código;-----

1.12 Aprovar as minutas dos respectivos contratos, notificá-las aos adjudicatários e decidir as reclamações apresentadas sobre as minutas dos contratos, tudo nos termos dos artigos 98º e seguintes do referido Código;-----

1.13 Prorrogar o prazo fixado para a confirmação dos compromissos assumidos por terceiras entidades, nos termos previstos no artigo 92º;-----

1.14 A competência para autorizar a dispensa de redução do contrato a escrito, nos casos previstos no n.º 2 do artigo 96º;-----

2. Praticar os actos a seguir referidos, no âmbito da execução dos contratos de locação ou aquisição de bens móveis e aquisição de serviços, plenamente eficazes, relativamente a todos os contratos cujo valor caiba originariamente na competência da câmara para autorizar a despesa:-----



**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO**

24  
M A  
S

2.1 Autorizar a cessão da posição contratual e a subcontratação, nos termos previstos nos artigos 316º e seguintes;-----

2.2 Considerar perdida a favor do município a caução prestada pelo adjudicatário, nos termos legalmente previstos;-----

2.3 Promover a liberação da caução, nos termos legalmente previstos;-----

2.4 Exercer os poderes do contraente público previstos no artigo 302º do mesmo Código, nos termos legalmente previstos, com excepção dos poderes de modificação, resolução ou revogação do contrato quando o respectivo valor for igual ou superior a 748.196,85 € (150.000 contos), casos em que a competência para a prática dos respectivos actos administrativos cabe à câmara municipal;-----

3. Aprovar as minutas dos contratos de empreitadas de obras públicas.-----

p) Reconhecer a isenção do pagamento de taxas nos casos previstos na norma 3ª das disposições gerais do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças Diversas da Câmara Municipal;-----

q) Decidir os pedidos de isenção ou de redução de taxas nos casos previstos na norma 4ª das disposições gerais do mesmo regulamento;-----

r) A competência prevista no artigo 3º do Regulamento dos Períodos de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços, para alargar, restringir ou reduzir o horário de funcionamento dos estabelecimentos, nos casos e nos termos previstos nesse artigo;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

Handwritten initials and the number 25.

**s) Competências previstas no Regulamento Municipal de Trânsito do Concelho de Santo Tirso:-----**

1. Ordenar a remoção dos veículos em estacionamento abusivo ou de modo a constituírem evidente perigo, ou grave perturbação para o trânsito, de harmonia com o previsto no n.º 1 do artigo 3º do referido Regulamento e nos demais termos legais;-----

2. Ordenar a suspensão ou condicionamento do trânsito, de harmonia com o previsto no artigo 5º do referido Regulamento e nos demais termos legais;-----

3. Reservar, nos parques e zonas destinadas ao estacionamento, áreas destinadas ao estacionamento de viaturas ao serviço de deficientes motores;-----

4. Decidir afectar os parques ou locais de estacionamento a veículos de certa espécie ou de determinados serviços de interesse público;-----

5. Emitir o cartão de residente previsto no n.º 13 do artigo 14º, bem como decidir os respectivos pedidos de renovação;-----

6. Emitir o cartão previsto no n.º 16 do mesmo artigo 14º, bem como decidir os respectivos pedidos de renovação;-----

7. Conceder autorizações especiais de circulação e permanência de viaturas em zonas reservadas a peões, de harmonia com o previsto no artigo 17º do referido regulamento;-----

8. Autorizar, eventualmente, situações previstas no artigo 21º, de harmonia com o previsto no n.º 2 desse artigo, no termos legal e regulamentarmente estabelecidos;-----



9. Autorizar operações de carga e descarga em condições diferentes das previstas no artigo 22º, de harmonia com o previsto no n.º 5 do mesmo artigo;-----

10. Autorizar as ocupações previstas no n.º 1.1 do artigo 30º, de harmonia com o previsto no ponto 1.3 do mesmo artigo.-----

**t) Competências previstas no Regulamento para instalação de estabelecimentos na Estação de Camionagem:-----**

1. Decidir qual o procedimento a adoptar para adjudicação do direito de ocupação dos locais da Estação de Camionagem susceptíveis de utilização para fins comerciais ou serviços, nos termos previstos no n.º 2 do referido Regulamento;-----

2. Aprovar a finalidade proposta pelos interessados, nos termos previstos no n.º 3 do referido Regulamento;-----

3. Adjudicar o direito de ocupação dos referidos locais, nos termos previstos no referido Regulamento.-----

4. Declarar a caducidade do direito de ocupação das lojas, nos termos regulamentarmente previstos;-----

5. Autorizar a cedência do local, nos termos previstos no n.º 10 do mesmo regulamento.-----

**u) Competências previstas no Regulamento de Publicidade:-----**

1. Decidir os pedidos de licenciamento da publicidade;-----

2. Estabelecer as distâncias e dimensões dos suportes publicitários, de harmonia com o previsto nos artigos 20º e 22º do referido regulamento;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

Ar 27  
N 4

3. Notificar os respectivos titulares para proceder à remoção das estruturas nos termos previstos no n.º 3 do artigo 23º;-----

4. Decidir os pedidos de licenciamento de publicidade em unidades móveis, veículos automóveis e ou atrelados, transportes públicos e outros, que circulem na área do município de Santo Tirso, de harmonia com o previsto no artigo 34º;-----

5. Decidir proceder à remoção coerciva do suporte publicitário a expensas do respectivo titular, nos termos regulamentarmente previstos.-----

v) Autorizar a realização na via pública de actividades de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afectar o trânsito normal de peões e veículos, e autorizar a suspensão ou condicionamento do trânsito nos troços das respectivas vias, nos termos previstos no **Decreto Regulamentar nº 2-A/2005, de 24 de Março** e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis;-----

w) Decidir a suspensão ou condicionamento do trânsito nas vias sob a jurisdição do município, de harmonia com o previsto no artigo 9º do Código da Estrada.-----

x) Competências previstas no **Decreto-Lei 124/2006, de 28 de Junho** (estabelece as medidas e acções a desenvolver no âmbito do **Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios**);-----

1. Notificar as entidades referidas nos n.ºs 1 e 2 do artigo 15º do referido DL, para cumprimento do disposto nessas normas, bem como tomar a decisão de realização dos trabalhos de gestão do combustível;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

28  
M. A. 28

2. Tomar a decisão prevista no n.º 10 do mesmo artigo 15º, de realização dos trabalhos da responsabilidade dos proprietários e demais entidades referidas no n.º 9 do mesmo artigo;-----

3. Tomar a decisão de realizar os trabalhos de gestão de combustível previstos no n.º 11 do mesmo artigo 15º;-----

4. A competência prevista no n.º 2 do artigo 27º, para licenciar a realização de queimadas, nos termos legalmente previstos;-----

5. A competência prevista no n.º 2 do artigo 29º, para autorizar a utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos;-----

**2- COMPETÊNCIAS DELEGADAS:**-----

a) Assegurar a execução das deliberações da assembleia municipal;---

b) Elaborar e manter actualizado o cadastro dos bens móveis e imóveis do município;-----

c) Autorizar a realização de despesas orçamentadas até ao limite de 50.000,00 € (cinquenta mil euros);-----

d) Praticar todos os actos referidos na alínea o) do n.º 1 deste despacho, nos procedimentos cuja estimativa / preço base / preço contratual seja igual ou inferior a 149.639,37 €;-----

e) Tomar a decisão de adjudicação prevista no artigo 73º do Código dos Contratos Públicos, ou tomar a decisão de não adjudicação, nos termos legalmente previstos, nos procedimentos respeitantes a contratos de locação ou aquisição de bens móveis e aquisição de serviços, quando o valor da adjudicação for igual ou inferior a 50.000,00 €;-----



**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO**

29

*[Handwritten signature]* *Ar*

- f) Autorizar o pagamento das despesas realizadas nas condições legais, sem prejuízo do uso que da mesma competência entenda dever fazer o Presidente da Câmara, assim como subscrever cheques nos mesmos termos que o Presidente;-----
- g) Comunicar, anualmente, no prazo legal, o valor fixado do imposto municipal sobre imóveis incidente sobre prédios urbanos, assim como, quando for o caso, a deliberação sobre o lançamento de derramas, às entidades competentes para a cobrança;-----
- h) Comunicar, anualmente, quando for o caso, o percentual fixado da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), às empresas sujeitas à referida taxa, bem com dar cumprimento ao disposto no n.º 5 do artigo 4º do Regulamento n.º 38/2004, publicado no Diário da República, II série, de 29 de Setembro;-----
- i) Comunicar, anualmente, quando for o caso, no prazo legal, as deliberações da assembleia municipal sobre a participação do município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial;-----
- j) Remeter, atempadamente, ao Tribunal de Contas os documentos que careçam da respectiva apreciação;-----
- k) Representar a Câmara nas sessões da assembleia municipal, sem prejuízo da faculdade de ser acompanhado por outros membros da câmara municipal;-----
- l) Dirigir, em estreita articulação com o Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, o Serviço Municipal de Protecção Civil, tendo em



**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO**

30

vista o cumprimento dos planos e programas estabelecidos e a coordenação das actividades a desenvolver no domínio da protecção civil, designadamente em operações de socorro e assistência, com especial relevo em situações de catástrofe e calamidade públicas;-----

**m)** Presidir ao Conselho Municipal de Segurança;-----

**n)** A competência prevista no n.º 4 do artigo 9º do Decreto-Lei 124/2006, de 28 de Junho (estabelece as medidas e acções a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios), para coordenar e gerir os planos de defesa da Floresta;-----

**o)** Promover todas as acções necessárias à administração corrente do património municipal e à sua conservação;-----

**p)** Proceder aos registos prediais do património imobiliário do município, ou outros;-----

**q)** Conceder licenças policiais ou fiscais, e respectivos averbamentos, de harmonia com o disposto nas leis, regulamentos e posturas;-----

**r)** A competência prevista no n.º 2 do artigo 32º do Decreto-Lei 310/2002, para permitir o funcionamento ou o exercício contínuo dos espectáculos ou actividades ruidosas, nos termos legalmente previstos;-----

**s)** A competência prevista no artigo 15º do Regulamento da Actividade de Transportes em veículos automóveis ligeiros de passageiros, para decidir a abertura de concurso público;-----

**t)** Comunicar à Direcção de Finanças competente a emissão de licença para exploração da actividade de transporte em táxis;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

31  
A5

u) Praticar todos os actos que as diversas leis Eleitorais cometem ao Presidente da Câmara Municipal;-----

v) Assinar ou visar a correspondência da Câmara Municipal com destino a quaisquer entidades ou organismos públicos, quando a mesma correspondência disser respeito a assuntos das áreas de gestão municipal sob a sua coordenação;-----

w) Modificar ou revogar os actos praticados por funcionários ou agentes afectos aos serviços da Câmara, sempre que tais actos digam respeito a assuntos das áreas de gestão municipal sob a sua coordenação.-----

Além das competências expressamente subdelegadas e delegadas, fica também delegada a competência para despachar os demais assuntos compreendidos nas áreas de gestão municipal sob a coordenação do aqui delegado, salvo quanto às matérias de competência indelegável da Câmara e àquelas que, nos termos do art.º 68º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, e da deliberação camarária de 05 do corrente mês de Novembro (item 6 da respectiva acta), são da minha competência própria ou delegada, respectivamente, e não foram expressamente delegadas ou subdelegadas.-----

Nestes termos, ficam revogados todos os despachos anteriores relativos a delegações de competências no Senhor Vereador Luis Gonzaga da Silva Freitas Rodrigues.-----

Ficam expressamente ratificados pelo presente despacho, todos os despachos proferidos pelo identificado Vereador no período compreendido



**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO**

*[Handwritten signature]*

32

*Ar*

entre o dia dois do corrente mês de Novembro e a presente data, nas matérias cuja competência agora lhe é delegada.-----

Os actos praticados pelo Senhor Vereador geradores de custo ou proveito financeiro praticados ao abrigo de competência subdelegada devem ser levados ao conhecimento da Câmara Municipal, nos termos do nº 3 do artº 65º da Lei 169/99.-----

Publicite-se nos termos legais, divulgue-se pelos serviços e a reunião de Câmara para conhecimento.-----

Santo Tirso e Paços do Concelho, 11 de Novembro de 2009.

**O Presidente,**

*[Handwritten signature]*



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

33

h 6 Air

## DESPACHO

### **Delegação de competências na Senhora Vereadora Eng<sup>a</sup> Ana Maria Moreira Ferreira**

Na sequência do meu despacho de dois do corrente mês de Novembro, que nomeou a Senhora Eng<sup>a</sup> Ana Maria Moreira Ferreira vereadora em regime de permanência, e do meu despacho desta data que distribuiu pelos Senhores Vereadores funções de coordenação relativamente a algumas áreas de actuação municipal, e atenta a diversidade e amplitude das áreas de actuação da Câmara Municipal, que me compete coordenar;-----

Considerando que na adopção de medidas de modernização administrativa, de forma a aperfeiçoar os sistemas internos de gestão, organização e funcionamento, devem ser privilegiados os mecanismos de delegação e subdelegação de competências, nos termos legalmente previstos, que propiciem respostas céleres às solicitações dos utentes e proporcionem um pronto cumprimento de obrigações e uma gestão mais célere e desburocratizada;-----

Ao abrigo do disposto nos artigos 58º, n.º 4 e 69º, nºs 1 e 2, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, delego e subdelego competências na Senhora Vereadora Eng<sup>a</sup> Ana Maria Moreira Ferreira, com a faculdade de subdelegação no pessoal dirigente, nos termos legais, nos termos que passo a enunciar:-----

#### **1. Competências Subdelegadas:**

a) Apoiar ou comparticipar no apoio à acção social escolar e às actividades complementares no âmbito de projectos educativos, nos termos da lei;

b) Organizar e gerir os transportes escolares, cabendo-lhe, nomeadamente, exercer as competências previstas no artº 10º do D.L. nº 299/84, de 5 de Setembro.-----

#### **2. Competências delegadas:**

a) Gerir os recursos humanos dos estabelecimentos de educação e ensino, nos casos e nos termos determinados por lei, sem prejuízo das competências delegadas por despacho desta data na Senhora Vereadora Dr<sup>a</sup>. Júlia Moinhos, na área de gestão de recursos humanos;-----

b) Assinar ou visar a correspondência da Câmara municipal com destino a quaisquer entidades ou organismos públicos, quando a mesma correspondência disser respeito a assuntos das áreas de gestão municipal sob a sua coordenação;----



X

34  
At

**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO**

c) Modificar ou revogar os actos praticados por funcionários ou agentes afectos aos serviços da Câmara, sempre que tais actos digam respeito a assuntos das áreas de gestão municipal sob a sua coordenação.-----

Além das competências expressamente subdelegadas e delegadas na Senhora Vereadora acima identificada, fica também delegada a competência para despachar os demais assuntos compreendidos nas respectivas áreas de gestão municipal, salvo quanto às matérias de competência indelegável da Câmara e àquelas que, nos termos do artº 68º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, e da deliberação camarária de 05 do corrente mês de Novembro (item 6 da respectiva acta), são da minha competência própria ou delegada, respectivamente, e não foram expressamente delegadas ou subdelegadas.-----

Nestes termos, ficam revogados todos os despachos anteriores relativos a delegações de competências na Senhora Vereadora Engª Ana Maria Moreira Ferreira.-----

Ficam expressamente ratificados pelo presente despacho, todos os despachos proferidos pela identificada Vereadora no período compreendido entre o dia dois do corrente mês de Novembro e a presente data, nas matérias cuja competência agora lhe é delegada.-----

Os actos praticados pela Senhora Vereadora geradores de custo ou proveito financeiro praticados ao abrigo de competência subdelegada devem ser levados ao conhecimento da Câmara Municipal, nos termos do nº 3 do artº 65º da Lei 169/99.

Publicite-se nos termos legais, divulgue-se pelos serviços e a reunião de Câmara para conhecimento.-----

Santo Tirso e Paços do Concelho, 11 de Novembro de 2009

O Presidente,

Castro Fernandes



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

35  
Ac

## **DESPACHO**

### **Delegação de competências na Senhora Vereadora Dra. Júlia Odete de Paiva Godinho Moinhos Costa**

Na sequência do meu despacho de cinco do corrente mês de Novembro, que nomeou a Senhora Dra. Júlia Odete de Paiva Godinho Moinhos Costa vereadora em regime de permanência, e do meu despacho desta data que distribuiu pelos Senhores Vereadores funções de coordenação relativamente a algumas áreas de actuação municipal, e atenta a diversidade e amplitude das áreas de actuação da Câmara Municipal, que me compete coordenar;-----

Considerando que na adopção de medidas de modernização administrativa, de forma a aperfeiçoar os sistemas internos de gestão, organização e funcionamento, devem ser privilegiados os mecanismos de delegação e subdelegação de competências, nos termos legalmente previstos, que propiciem respostas céleres às solicitações dos utentes e proporcionem um pronto cumprimento de obrigações e uma gestão mais célere e desburocratizada;-----

Ao abrigo do disposto nos artigos 58º, n.º 4 e 69º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, delego e subdelego competências na Senhora Vereadora Dra. Júlia Odete de Paiva Godinho Moinhos Costa, com a faculdade de subdelegação no pessoal dirigente, nos termos legais, nos termos que passo a enunciar:-----



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

36

36  
A  
7

### **1- COMPETÊNCIAS SUBDELEGADAS:**

a) Participar na prestação de serviços a estratos sociais desfavorecidos ou dependentes, em parceria com as entidades competentes da administração central, e prestar apoio aos referidos estratos sociais pelos meios adequados e nas condições constantes de regulamento municipal;----

b) Praticar os actos a seguir referidos, previstos no Regulamento do subsidio ao arrendamento:-----

1. A competência prevista no artigo 8º do referido Regulamento, para decidir os pedidos de concessão de subsidio ao arrendamento, bem como as suas renovações anuais, nos termos regulamentarmente previstos;

2. A competência prevista no n.º 4 do artigo 11º do mesmo Regulamento, para declarar a cessação da atribuição do subsidio ao arrendamento;-----

3. A competência prevista nos n.ºs 1 e 3 do artigo 13º do mesmo Regulamento, para atribuição de casos especiais de subsidio.-----

c) Assegurar, em parceria ou não com outras entidades públicas ou privadas, nos termos da lei, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município.-----

### **2- COMPETÊNCIAS DELEGADAS:**

a) Assinar ou visar a correspondência da Câmara Municipal com destino a quaisquer entidades ou organismos públicos, quando a mesma correspondência disser respeito a assuntos das áreas de gestão municipal sob a sua coordenação;-----



**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO**

37  
Ar

b) Modificar ou revogar os actos praticados por funcionários ou agentes afectos aos serviços da Câmara, sempre que tais actos digam respeito a assuntos das áreas de gestão municipal sob a sua coordenação.---

Além das competências expressamente subdelegadas e delegadas, fica também delegada a competência para despachar os demais assuntos compreendidos nas áreas de gestão municipal sob a coordenação do aqui delegado, salvo quanto às matérias de competência indelegável da Câmara e àquelas que, nos termos do art.º 68º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, e da deliberação camarária de 05 do corrente mês de Novembro (item 6 da respectiva acta), são da minha competência própria ou delegada, respectivamente, e não foram expressamente delegadas ou subdelegadas.---

Nestes termos, ficam revogados todos os despachos anteriores relativos a delegações de competências na Senhora Vereadora Dra. Júlia Odete de Paiva Godinho Moinhos Costa, com excepção do despacho desta data relativo a delegação de competências na área de gestão e direcção de recursos humanos.-----

Ficam expressamente ratificados pelo presente despacho, todos os despachos proferidos pela identificada Vereadora no período compreendido entre o dia cinco do corrente mês de Novembro e a presente data, nas matérias cuja competência agora lhe é delegada.-----

Os actos praticados pela Senhora Vereadora geradores de custo ou proveito financeiro praticados ao abrigo de competência subdelegada devem ser levados ao conhecimento da Câmara Municipal, nos termos do nº 3 do artº 65º da Lei 169/99.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

38

At

Publicite-se nos termos legais, divulgue-se pelos serviços e a  
reunião de Câmara para conhecimento.-----

Santo Tirso e Paços do Concelho, 11 de Novembro de 2009.

O Presidente,



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

39  
AR

## DESPACHO

### **Delegação de competências no Senhor Vereador Dr. José Pedro dos Santos Ferreira Machado**

Na sequência do meu despacho de cinco do corrente mês de Novembro, que nomeou o Senhor Dr. José Pedro Machado vereador em regime de permanência, e do meu despacho desta data que distribuiu pelos Senhores Vereadores funções de coordenação relativamente a algumas áreas de actuação municipal, e atenta a diversidade e amplitude das áreas de actuação da Câmara Municipal, que me compete coordenar;-----

Considerando que na adopção de medidas de modernização administrativa, de forma a aperfeiçoar os sistemas internos de gestão, organização e funcionamento, devem ser privilegiados os mecanismos de delegação e subdelegação de competências, nos termos legalmente previstos, que propiciem respostas céleres às solicitações dos utentes e proporcionem um pronto cumprimento de obrigações e uma gestão mais célere e desburocratizada;-----

Ao abrigo do disposto nos artigos 58º, n.º 4 e 69º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, delego e subdelego competências no Senhor Vereador Dr. José Pedro dos Santos Ferreira Machado, com a faculdade de subdelegação no pessoal dirigente, nos termos legais, nos termos que passo a enunciar:-----

#### **1. Competências Subdelegadas:**

a) Proceder à administração e gestão das instalações desportivas que integram o Complexo Desportivo Municipal, nomeadamente:-----

1. Decidir os pedidos de cedência de utilização regular e pontual das instalações, nos termos previstos no Regulamento do Complexo Desportivo Municipal de Santo Tirso, aprovado pela Câmara Municipal em reunião de 25 de Fevereiro de 2009;-----

2. Exercer o direito de utilizar as instalações para eventos promovidos ou apoiados pelo município, nos termos do n.º 8 do ponto III do referido Regulamento;-----

3. Decidir o cancelamento da autorização de utilização das instalações, nos casos previstos no ponto V do mesmo Regulamento;-----

4. Reconhecer a isenção e redução do pagamento de preços pela utilização das instalações desportivas, nos casos previstos no ponto VII do referido Regulamento;-----



40  
*[Handwritten signature]*

5. Autorizar os pedidos de utilização das instalações com transmissão televisiva;-----

6. Autorizar a exploração de publicidade nas instalações do Complexo Desportivo Municipal;-----

7. Autorizar a utilização das instalações do Complexo Desportivo para actividades não desportivas;-----

8. Praticar todos os demais actos necessários à gestão das instalações do Complexo Desportivo Municipal, nos termos previstos no referido Regulamento.

b) A competência prevista no nº 3 do artº 13º do D.L. 141/2009, de 16 de Junho (Regime Jurídico das Instalações Desportivas de uso Público), para efectuar e manter actualizado o registo das instalações desportivas disponíveis no Concelho, nos termos aí referidos;-----

c) Efectuar e manter actualizado o registo do alojamento local disponível ao público, nos termos da alínea d) do nº 2 do artº 22º do D.L. 39/2008, de 7 de Março (Regime Jurídico da Instalação, Exploração e Funcionamento dos Empreendimentos Turísticos);-----

d) Decidir sobre a captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos, nos termos da legislação aplicável;

e) Decidir sobre a deambulação e extinção de animais nocivos, nos termos legalmente previstos;-----

f) Autorizar a inumação de cadáveres em locais especiais, nos casos previstos no nº 2 do artigo 9º do Regulamento dos Cemitérios Municipais de Santo Tirso e S. Bartolomeu de Fontiscos, e nos termos legal e regulamentarmente previstos;-----

g) Declarar prescritos a favor do município, nos termos e prazos fixados na lei geral, e após publicação de avisos, jazigos, mausoléus, ou outras obras, assim como sepulturas perpétuas instaladas nos cemitérios propriedade municipal, quando não sejam conhecidos os seus proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação e manutenção de forma inequívoca e duradoura, nos termos legal e regulamentarmente previstos;-----

h) Adjudicar o direito de ocupação das lojas ou postos de venda do Mercado Municipal, com base no valor que resultar da licitação em hasta pública, e nos demais termos legal e regulamentarmente previstos;-----

## **2. Competências delegadas:**

a) Conceder terrenos nos cemitérios propriedade do município, para jazigos, mausoléus e sepulturas perpétuas;-----



41  
Ae

**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO**

b) Exercer as seguintes competências, previstas no Regulamento de Funcionamento da Feira Municipal de Santo Tirso, aprovado pela Assembleia Municipal em 22/10/2008:

1. Autorizar a realização da feira de Santo Tirso em dia que coincida com dia de feriado nacional;-----

2. Decidir qual o dia de realização da feira, de harmonia com o previsto no nº 3 do artº 3º do referido Regulamento;-----

3. Analisar e decidir as informações que lhe forem encaminhadas pelo encarregado da feira;-----

4. Decidir as sugestões ou reclamações apresentadas pelos feirantes, no que concerne à organização, disciplina e funcionamento da feira;-----

5. Proceder à atribuição dos espaços de venda, nos termos regulamentarmente previstos;-----

6. Proceder à liquidação das taxas devidas pela ocupação dos espaços de venda na feira;-----

7. Determinar a suspensão do direito de ocupação dos espaços de venda, nos termos legal e regulamentarmente previstos;-----

8. Decidir os pedidos de transferência do direito de ocupação dos espaços de venda;-----

9. Autorizar ou determinar a alteração dos espaços de venda;-----

10. Declarar a caducidade do direito de ocupação dos espaços de venda, nos casos e nos termos previstos no referido regulamento, com excepção da caducidade a título de sanção acessória, a aplicar no âmbito do respectivo processo de contra-ordenação.

c) Elaborar e manter actualizado o registo dos lugares de venda atribuídos, nos termos previstos no nº 1 do artº 24º do D.L. 42/2008, de 10 de Março;-----

d) Remeter à DGAE, nos termos legalmente previstos, a relação dos feirantes a operar nos recintos destinados à realização de feiras.-----

e) Assinar a correspondência da Câmara municipal com destino a quaisquer entidades ou organismos públicos, quando a mesma correspondência disser respeito a assuntos das áreas de gestão municipal sob a sua coordenação;---

f) Modificar ou revogar os actos praticados por funcionários ou agentes afectos aos serviços da Câmara, sempre que tais actos digam respeito a assuntos das áreas de gestão municipal sob a sua coordenação, desde que tais actos caibam nas suas competências delegadas ou subdelegadas.-----

Além das competências expressamente subdelegadas e delegadas no Senhor Vereador acima identificado, fica também delegada a competência para despachar

**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO**

os demais assuntos compreendidos nas respectivas áreas de gestão municipal, salvo quanto às matérias de competência indelegável da Câmara e àquelas que, nos termos do artº 68º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, e da deliberação camarária de 05 do corrente mês de Novembro (item 6 da respectiva acta), são da minha competência própria ou delegada, respectivamente, e não foram expressamente delegadas ou subdelegadas.-----

Nestes termos, ficam revogados todos os despachos anteriores relativos a delegações de competências no Senhor Vereador Dr. José Pedro Machado.-----

Ficam expressamente ratificados pelo presente despacho, todos os despachos proferidos pelo identificado Vereador no período compreendido entre o dia dois do corrente mês de Novembro e a presente data, nas matérias cuja competência agora lhe é delegada.-----

Os actos praticados pelo Senhor Vereador geradores de custo ou proveito financeiro praticados ao abrigo de competência subdelegada devem ser levados ao conhecimento da Câmara Municipal, nos termos do nº 3 do artº 65º da Lei 169/99.

Publicite-se nos termos legais, divulgue-se pelos serviços e a reunião de Câmara para conhecimento.-----

Santo Tirso e Paços do Concelho, 11 de Novembro de 2009

O Presidente

Castro Fernandes



Act

**LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ACTA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES DUAS FOLHAS.**-----



44  
Ave

**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO**

**REUNIÃO ORDINÁRIA DE 02/DEZEMBRO/2009 – ACTA N° 26**

**ORDEM DO DIA**

- 1 – Aprovação da acta da última reunião ordinária (18/11/2009)
- 2 – Nomeação de representantes do município nos órgãos sociais da ARTEMAVE – Associação de Promoção das Artes e Música do Vale do Ave: Ratificação
- 3 – Taxa Municipal de Direitos de Passagem (artigo 106º, n.º 2, da Lei 5/2004, de 10 de Fevereiro): Fixação do Percentual para o ano de 2010
- 4 – Requerimento da Sociedade Horwath & Associados, SROC Lda: Pedido de cessão da posição contratual relativamente ao contrato de prestação de serviços de auditoria externa das contas do município
- 5 – Lei 31/2009, de 03 de Junho – Apreciação de projectos de arquitectura pelos técnicos dos serviços municipais
- 6 – Grandes Opções do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento para 2009: Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Orçamento da Despesa
- 7 – Constituição de servidão administrativa de Aqueduto Público Subterrâneo sobre os terrenos destinados à construção do Interceptor da Ribeira do Pisão (artigos 1º, 2º, 3º e 5º do Decreto – Lei 34021, de 11 de Outubro de 1944 e artigo 8º do Código das Expropriações): Resolução de requerer a constituição da servidão
- 8 – Contrato de Comparticipação Financeira celebrado com o Instituto da Habitação e de Reabilitação Urbana para financiamento de 45 fracções autónomas em Vila das Aves: Ratificação



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

45

*[Handwritten signature]*

## 9 – Outros Subsídios

- Processos de licenciamento de loteamento e obras particulares

Santo Tirso, 26 de Novembro de 2009

O Presidente,

*[Handwritten signature]*



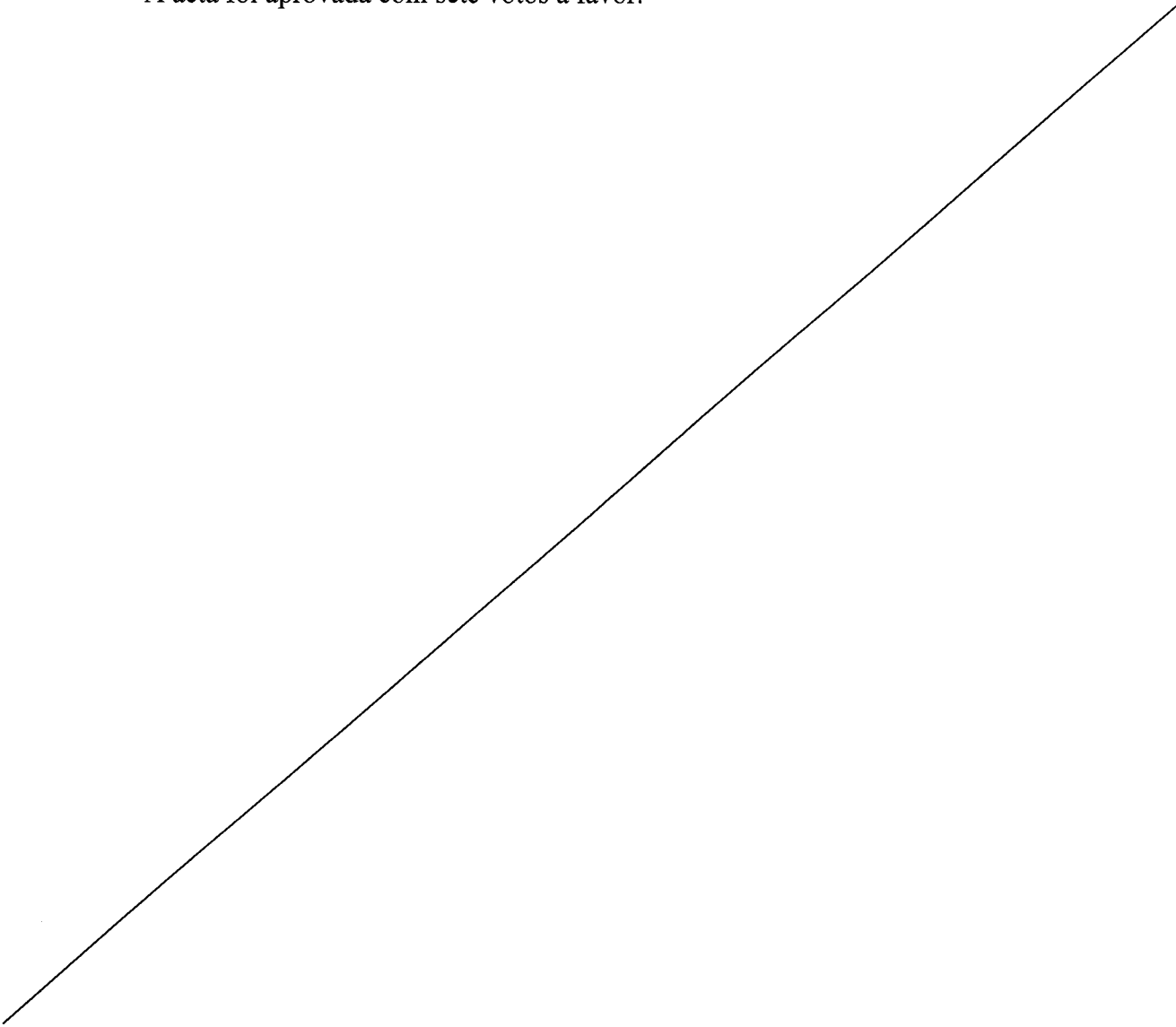
Ar

**1. APROVAÇÃO DA ACTA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA (18/11/2009).-----**

Presente a acta da reunião ordinária realizada no dia dezoito de Novembro findo, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida acta, o Senhor Presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, que a Câmara deliberasse aprovar a aludida acta.-----

A acta foi aprovada com sete votos a favor.-----





Ae

**2. NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO NOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA ARTEMAVE – ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO DAS ARTES E MÚSICA DO VALE DO AVE: RATIFICAÇÃO.**-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi dito:-----

Em reunião da assembleia geral da ARTEMAVE – Associação de Promoção das Artes e Música do Vale do Ave, realizada no dia vinte e três de Março último, associação da qual o município faz parte, conforme deliberação da assembleia municipal de vinte e três de Fevereiro de dois mil e cinco, foram eleitos para os órgãos sociais daquela associação, pelo município de Santo Tirso, António Alberto de Castro Fernandes, Vice-Presidente da Direcção, e Júlia Odete de Paiva Godinho Moinhos Costa, Secretário do Conselho Fiscal;-----

Por lapso, não foram aqueles membros oportunamente nomeados pela câmara municipal;-

Face ao exposto, e de harmonia com o previsto na alínea i) do n.º 1 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, proponho que a Câmara Municipal delibere ratificar a nomeação dos identificados edis para os referidos órgãos da ARTEMAVE – Associação de Promoção das Artes e Música do Vale do Ave.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





Ar

**3. TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (ARTº 106º, Nº 2, DA LEI 5/2004, DE 10 DE FEVEREIRO): FIXAÇÃO DO PERCENTUAL PARA O ANO DE 2010-----**

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

A Lei nº 5/2004, que estabelece o regime jurídico aplicável às redes e serviços de comunicações electrónicas, dispõe, no nº 2 do artigo 106º que *“Os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal podem dar origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP)”*;-----

Por sua vez, o n.º 1 do artigo 12º do Decreto-Lei 123/2009, de 21 de Maio, que estabelece o regime aplicável à construção de infra-estruturas aptas ao alojamento de redes de comunicação electrónicas, à instalação de redes de comunicações electrónicas e à construção de infra-estruturas de telecomunicações em loteamentos, urbanizações, conjuntos de edifícios e edifícios, dispõe que *“Pela utilização e aproveitamento dos bens do domínio público e privado municipal, que se traduza na construção ou instalação, por parte de empresas que ofereçam redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público de infra-estruturas aptas ao alojamento de comunicações electrónicas, é devida a taxa municipal de direitos de passagem, nos termos do artigo 106º da Lei das Comunicações Electrónicas, aprovada pela Lei 5/2004, de 10 de Fevereiro, não sendo permitida a cobrança de quaisquer outras taxas, encargos ou remunerações por aquela utilização e aproveitamento”*.-----

A referida taxa é determinada com base na aplicação de um percentual sobre a facturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para os clientes finais na área do correspondente município;-----

Aquele percentual é aprovado anualmente por cada município até ao fim do mês de Dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25%;-----



Tem vindo a assembleia municipal sob proposta da câmara municipal, a estabelecer anualmente a cobrança daquela taxa e a estabelecer em 0,25 % o percentual a aplicar sobre as facturas emitidas pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público em local fixo;-----

Apesar dos municípios não disporem de mecanismos eficazes de controlo da respectiva receita, entendemos que deve ser mantida no ano de dois mil e dez a Taxa Municipal de Direitos de Passagem, quer por uma questão de principio, já que esta taxa pretende ser, de acordo com o que resulta da Lei das Comunicações Electrónicas, e do DL 123/2009, de 21 de Maio a contraprestação pecuniária devida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo, pela utilização do domínio público ou privado do município, quer porque se deve tentar melhorar o nível de financiamento da autarquia, como forma de permitir uma melhor satisfação das necessidades da população do concelho;-----

Face ao exposto, proponho que a Câmara, no exercício da competência prevista na alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, delibere propor à Assembleia Municipal que, ao abrigo do nº 2 do artigo 106º da referida Lei 5/2004, e alínea e) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99, delibere manter a existência da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), fixando, para o ano de 2010, em 0,25% o percentual a aplicar sobre cada factura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em local fixo.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----

A Câmara deliberou ainda suscitar novamente esta questão junto da ANACOM, para resolução deste problema, tão grave para o município de Santo Tirso.-----



A4

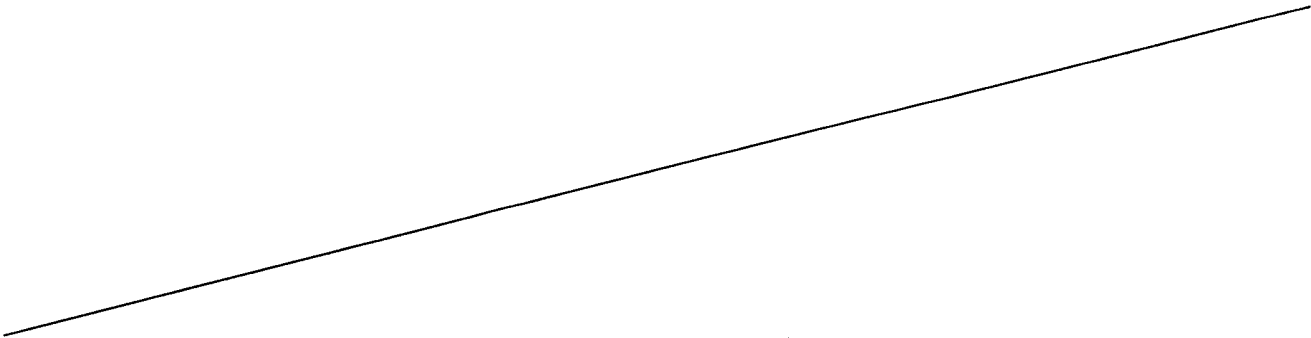
**4. REQUERIMENTO DA SOCIEDADE HORWATH & ASSOCIADOS, SROC LDA:  
PEDIDO DE CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL RELATIVAMENTE AO CONTRATO  
DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA DAS CONTAS DO  
MUNICÍPIO.**-----

Presente requerimento da sociedade Horwath & Associados, SROC, Lda, registado com o número quinze mil quinhentos e trinta e dois, a solicitar a cessão da sua posição contratual no contrato de prestação de serviços que tem como objecto a auditoria externa às contas do município, para a sociedade MGI & Associados, SROC, Lda, Pessoa Colectiva número 502 666 919.-----

O expediente vem informado pela Directora do Departamento Administrativo, conforme consta da informação de vinte e cinco de Novembro findo, registada com o número dezasseis mil trezentos e onze, e pelo Dr. Rui Rosário, colaborador da câmara municipal na área financeira, que conclui que a sociedade cessionária tem capacidade técnica e financeira para assegurar o exacto e pontual cumprimento do contrato.-----

Pelo Senhor Presidente foi proposto que a câmara municipal, face ao teor das aludidas informações, deliberasse propor à assembleia municipal a autorização da requerida cessão de posição contratual, nomeando consequentemente a sociedade MGI & Associados, SROC, Lda, como auditor externo das contas do município, com as competências previstas no n.º 3 do artigo 48º da Lei das Finanças Locais, e nos termos do contrato de prestação de serviços celebrado com a sociedade cedente.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





Ar  
K

**5. LEI 31/2009, DE 03 DE JUNHO – APRECIACÃO DE PROJECTOS DE ARQUITECTURA PELOS TÉCNICOS DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS.-----**

Presente informação conjunta das Chefes das Divisões Jurídica e Obras Particulares, a prestar informação sobre a Lei 31/2009, que aprovou o regime jurídico que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projectos, pela fiscalização da obra e pela direcção de obra, que foi regulamentada pela Portaria 1379/2009, de 30 de Outubro;-----

Esta Portaria é omissa relativamente à definição de “qualificação adequada” dos técnicos da Administração Pública para apreciar e analisar projectos de arquitectura no âmbito de uma obra sujeita a licenciamento, comunicação prévia ou procedimento pré-contratual;-----

Considerando, que se deve ter por aplicável o regime transitório previsto no art. 25º da Lei nº31/2009, de 3 de Julho, à qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela apreciação e análise dos projectos de arquitectura;-----

Considerando que a apreciação dos projectos de arquitectura de edificações ou de operações de loteamento e de operações urbanísticas sujeitas a controlo prévio se traduz na verificação do cumprimento de normas contidas nos Planos de Gestão Urbanística e em outros diplomas legais e regulamentares, de carácter meramente técnico, geral e abstracto;-----

Considerando que a Divisão de Obras Particulares da Câmara Municipal apenas dispõe de um arquitecto afecto à apreciação dos referidos projectos;-----

Considerando que os demais técnicos que esta Câmara Municipal dispõe para o efeito (engenheiros civis e engenheiros técnicos civis), se encontram ao serviço desta autarquia há mais de 5 anos, encontrando-se perfeitamente habilitados, dado a sua experiência profissional, a apreciar os aludidos projectos;-----

Considerando que a reestruturação do quadro de pessoal nos termos sugeridos no art. 5º da lei em causa, se mostra impraticável num curto espaço de tempo;-----



Considerando que esta reestruturação, além de morosa, implica custos in comportáveis para esta Câmara Municipal;-----

Considerando que a experiência de muitos anos dos técnicos até então afectos à apreciação de projectos de arquitectura e operações de loteamento, não pode ser posta em causa, mostrando-se até, em termos de desempenho profissional, mais eficaz que a mera habilitação profissional;-----

Considerando que a publicação da Portaria nº1379/2009, de 30 de Outubro, tem sido posta em causa pela Ordem dos Engenheiros, tendo a mesma já requerido a sua suspensão, o que indicia que venham a ser introduzidas alterações ao regime jurídico da qualificação profissional dos técnicos;-----

Considerando que outros municípios continuam a recorrer, na apreciação dos projectos de arquitectura que lhes são apresentados para apreciação, aos recursos técnicos de que dispõem;-----

Considerando que esta Câmara Municipal já contestou junto das entidades competentes a aplicação de algumas disposições do referidos diplomas legais;-----

Face ao exposto e à demais fundamentação constante da referida informação, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, proponho que a Câmara Municipal delibere, continuar a afectar, até 1 de Novembro de 2014 ou até esta questão se encontrar devidamente esclarecida, os técnicos (engenheiros civis e engenheiros técnicos civis) da Divisão de Obras Particulares à apreciação e análise dos projectos de arquitectura, sendo certo que, em projectos da autoria de arquitectos, deverá haver a participação/validação de técnicos com a mesma formação profissional (arquitectos), encontrando-se, assim, assegurada a intervenção dos arquitectos na apreciação e análise de projectos de arquitectura, tal como prevê o nº2 do art.42º do Estatuto da Ordem dos Arquitectos.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



Ar

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

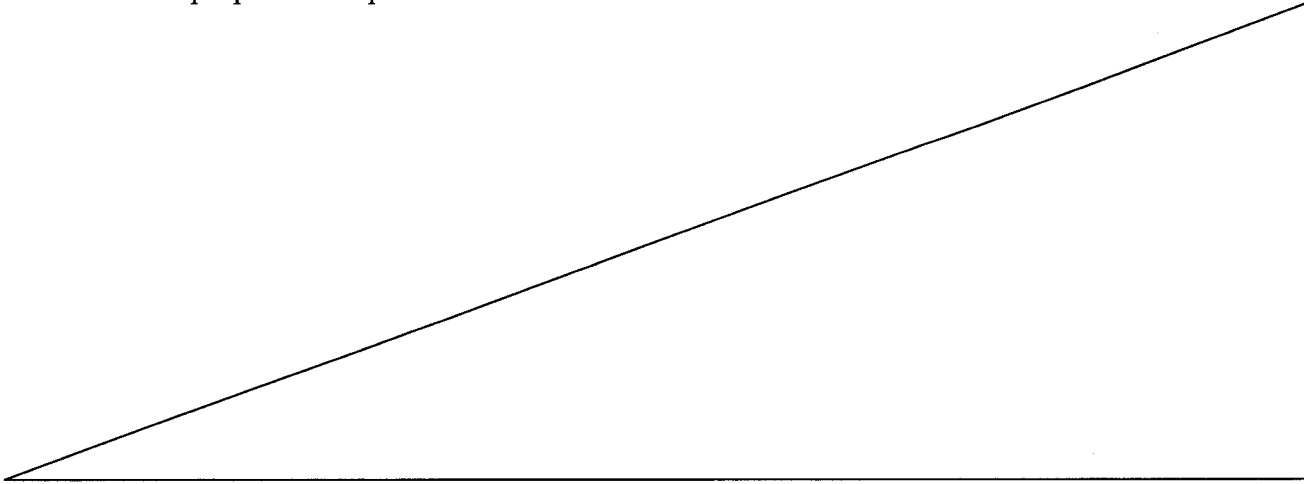
**6. GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, ELECTRICIDADE E SANEAMENTO DE SANTO TIRSO PARA O ANO DE 2009: 3ª MODIFICAÇÃO: APROVAÇÃO.**-----

Presente ofício dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso, de vinte e seis de Novembro findo, registado com o número dezasseis mil trezentos e vinte e dois, a remeter cópia da deliberação do respectivo Conselho de Administração de dezasseis do mesmo mês de Novembro, que aprovou a 3ª Modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento para dois mil e nove, que consiste na 3ª alteração ao Orçamento da Despesa e na 2ª alteração ao Plano Plurianual de Investimentos.-----

Anexa-se à presente acta, e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subseqüentes quatro folhas, cópia da aludida deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi proposto que a Câmara Municipal deliberasse aprovar a 3ª Modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso, relativo ao ano de dois mil e nove, anexa à aludida deliberação.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





ACTA N.º 24  
16 de Novembro de 2009  
10/ 40

54

## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA ELECTRICIDADE E SANEAMENTO

### GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2009

3ª MODIFICAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2009

3ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DE DESPESA

2ª ALTERAÇÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

-----Presente a reunião 3ª Modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2009,

3ª Alteração ao Orçamento de Despesa E 2ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos, que faz parte integrante desta acta.-----

-----O Conselho de Administração deliberou aprovar e remeter á Câmara Municipal. -----



ACTA N.º 24  
16 de Novembro de 2009  
11/40

55

**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO**  
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, ELECTRICIDADE E SANEAMENTO DE SANTO TIRSO

---

**GRANDES OPÇÕES DO PLANO**

**E ORÇAMENTO PARA O**

**ANO 2009**

**3ª MODIFICAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E  
ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2009:**

- 3ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DE DESPESA
- 2ª ALTERAÇÃO AO PLANO PLURIANUAL DE  
INVESTIMENTOS

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Página: 1	
SERV.MUNICIPALIZADOS AGUA,ELECTRI.SANEAM		MODIFICAÇÃO NUMERO: 3		ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA		NUMERO 3 DO ANO CONTABILISTICO DE 2009 DATA DE APROVAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS		<div style="text-align: right;"> <b>DEPESA ACTA N.º 24</b>  <b>16 de Novembro de 2009</b>  <b>12/40</b> </div>					
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	DOTAÇÃO SEGUINTE	O B S
SO	07	SEM ORGANICA					
	0701	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL					
	070104	INVESTIMENTOS					
	070104	CONSTRUÇÕES DIVERSAS					
	07010401	REDES DE DRENAGEM DE AGUAS RESIDUAIS (ESGOTOS-SANEAMENTO)					
	0701040154	COMPLEMENTOS DE REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS NO VALE DO LEÇA	125.000,00		2.000,00	123.000,00	
	0701040162	INTERCEPTOR DA RIBEIRA DA PISÃO-CONSTITUIÇÃO DE SERVIDÕES	30.000,00	2.000,00		32.000,00	
		ADMINISTRATIVAS DE AQUEDUTO SUBTERRANEO SOBRE PREDIOS PARTICULARES					
TOTAL ...			155.000,00	2.000,00	2.000,00	155.000,00	
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES ....							
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL ...				2.000,00	2.000,00		

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

Aprovada em reunião de \_\_\_\_

O Presidente da Camara, \_\_\_\_\_

Os Vereadores:

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

MODIFICAÇÃO NÚMERO : 3 DO ANO CONTABILÍSTICO: 2009  
ALTERAÇÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS NÚMERO: 2

DATA DE APROVAÇÃO

ENTIDADE

SERV. MUNICIPALIZADOS ÁGUA, ELECTRI. SANEM

OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFIC. DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	VALOR REALIZADO EM ANOS ANTERIORES	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS (VARIACÃO +/-)			DOTAÇÃO SEGUINTE		
						TOTAL	ANO EM CURSO DEFINIDA	ANO EM CURSO NÃO DEFINIDA	ANOS SEGUINTE	DEFINIDA	ANO EM CURSO NÃO DEFINIDA	TOTAL	ANO EM CURSO DEFINIDA	ANO EM CURSO NÃO DEFINIDA
2.		FUNÇÕES SOCIAIS			131.511,45	155.000,00	155.000,00		50.000,00			155.000,00		
2.4.		HABITAÇÃO E SERVIÇOS			131.511,45	155.000,00	155.000,00		50.000,00			155.000,00		
2.4.3.		COLECTIVOS												
2.4.3.19	2007 I 19	SANEAMENTO	SALES	80	131.511,45	155.000,00	155.000,00		50.000,00			155.000,00		
2.4.3.19		COMPLEMENTOS DE REDE DE			131.511,45	125.000,00	125.000,00		50.000,00			123.000,00		
2.4.3.19		DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS NO												
2.4.3.19		VALE DO LICA												
2.4.3.09	2009 I 1	INTERCEPTOR DA RIBEIRA DO	SALES	80		30.000,00	30.000,00			2.000,00		32.000,00		
2.4.3.09		PISÃO-CONSTITUIÇÃO DE												
2.4.3.09		SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DE												
2.4.3.09		ACQUEDUTO SUBTERRANEO SOBRE												
2.4.3.09		PREDIOS PARTICULARES												
		TOTAL ...			131.511,45	155.000,00	155.000,00		50.000,00			155.000,00		50.000,00

Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Aprovada em reunião de \_\_\_\_\_

O Presidente da Câmara,

Os Vereadores:

ACTA N.º 24  
16 de Novembro de 2009  
13/ 40

57



Ar  
A

**7. CONSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA DE AQUEDUTO PÚBLICO SUBTERRÂNEO SOBRE OS TERRENOS DESTINADOS À CONSTRUÇÃO DO INTERCEPTOR DA RIBEIRA DO PISÃO (ARTIGOS 1º, 2º, 3º E 5º DO DECRETO – LEI 34021, DE 11 DE OUTUBRO DE 1944 E ARTIGO 8º DO CÓDIGO DAS EXPROPRIAÇÕES): RESOLUÇÃO DE REQUERER A CONSTITUIÇÃO DA SERVIDÃO-----**

Presente ofício de treze de Novembro findo, dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso, registado com o número dezasseis mil e duzentos, a remeter a deliberação do Conselho de Administração daqueles Serviços, de trinta de Setembro último, da qual se junta cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes nove folhas, que deliberou aprovar a Planta, Mapa de Cadastros e Relatório de avaliação das parcelas de terreno necessárias para a implantação do Interceptor da Ribeira do Pisão, documento do qual igualmente se junta cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo I da mesma, composto por cento e quarenta e duas folhas, numeradas de um a cento e quarenta e dois.-----

Pelo Senhor Presidente foi apresentada s seguinte proposta:-----

**DA CAUSA DE UTILIDADE PÚBLICA A PROSSEGUIR.-----**

Os municípios, no âmbito das atribuições que lhe estão legalmente cometidas no domínio do saneamento básico, previstas nos artigos 13º, nº1, alínea l) e 26º, da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, podem requerer a Declaração de Utilidade Pública para efeito das expropriações necessárias e constituição das servidões administrativas necessárias à implantação e exploração das infra-estruturas, cabendo a respectiva competência à câmara municipal, de harmonia com o previsto na alínea c) do n.º 7 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro;-----

Os Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso, entidade dotada de autonomia administrativa e financeira dentro da organização municipal, têm por objectivo, entre outros, e harmonia com o previsto no respectivo Regulamento, aprovado pela



AP

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

X

assembleia municipal em vinte e três de Setembro de mil novecentos e noventa e dois, proceder à recolha e tratamento dos efluentes domésticos e industriais, em todos os sistemas de saneamento instalados e a instalar no concelho, cabendo-lhe realizar investimentos em sistemas municipais de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas;-----

No âmbito do seu Plano de Actividades, os referidos Serviços Municipalizados estão em vias de iniciar a construção do Interceptor de Águas Residuais da Ribeira do Pisão, a localizar na freguesia de Água Longa, concelho de Santo Tirso, para recepção dos efluentes produzidos nesta freguesia e respectivo transporte para a ETAR de Água Longa (Santo Tirso), utilizando para o efeito o Interceptor do Leça, já existente.-----

A empreitada para a execução desta infra-estrutura encontra-se em fase de preparação do respectivo procedimento de concurso;-----

#### DA URGÊNCIA DO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA SERVIDÃO-----

De acordo com o Plano de Actividades dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento, prevê-se iniciar a execução deste interceptor até ao final do corrente ano, de forma a assegurar o encaminhamento dos efluentes a produzir na Urbanização denominada “Vale Pisão”, actualmente em fase de conclusão, e também de grande parte dos efluentes produzidos na freguesia de Água Longa, sob pena de evidentes prejuízos ambientais e inviabilização da entrada em funcionamento daquela urbanização;-----

A área a servir não dispõe de tratamento de águas residuais, logo este interceptor mostra-se indispensável para a condução dos efluentes até ao interceptor do Leça (faz parte do Sistema Multimunicipal do Vale do Ave – Águas do Ave), que irá recepcionar os efluentes até à ETAR de Água Longa, que se encontra em fase de arranque e ensaios.-----

Conforme a programação para esta infra-estrutura prevista no referido Plano de Actividades e atendendo ao prazo de execução da obra, será necessária a consignação urgente da empreitada para o que se torna necessária e urgente a disponibilidade dos terrenos necessários à



implementação do respectivo colector, com 2.981,48 m (dois mil novecentos e oitenta e um vírgula quarenta e oito metros) de extensão;-----

O número de propriedades privadas envolvidas, 41 (quarenta e uma) parcelas, e as dificuldades inerentes às negociações particulares, inviabiliza, em tempo útil, a constituição administrativa das servidões pela via do direito privado;-----

**DA RESOLUÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DA SERVIDÃO ADMINISTRATIVA.**-----

Nestes termos e de acordo com as razões anteriormente aludidas, proponho que a Câmara Municipal de Santo Tirso, nos termos dos artigos 8º e 10º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei nº 168/99, de 18 de Setembro, conjugados com o Decreto-Lei 34.021, de 11 de Outubro de 1944, delibere requerer a declaração da utilidade pública, com carácter urgente, da constituição de Servidão Administrativa de aqueduto público subterrâneo nos prédios identificados no Mapa de Áreas que se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as folhas setenta e uma a oitenta e uma da mesma.-----

A extensão das servidões a constituir sobre cada um dos prédios, respectiva área, bem como a área de ocupação temporária consta das fichas de cada uma das parcelas constantes do Anexo I da presente acta (folhas 63 a 122 do mesmo), constando das respectivas plantas cadastrais (folhas cento e vinte e cinco a cento e trinta e oito do mesmo anexo), a localização do interceptor e respectivas caixas de visita.-----

Consta igualmente das aludidas fichas o que está previsto no Plano Director Municipal para a zona do prédio a onerar com a servidão, bem como a sua natureza e utilização.-----

De acordo com o relatório de perito da lista oficial, a previsão do montante global das indemnizações a pagar pela constituição das referidas servidões administrativas, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 8º do Código das Expropriações, é de 30.820,37 € (trinta mil oitocentos e vinte euros e trinta e sete centimos), e será suportado pelo Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso, encontrando-se já cabimentada a respectiva



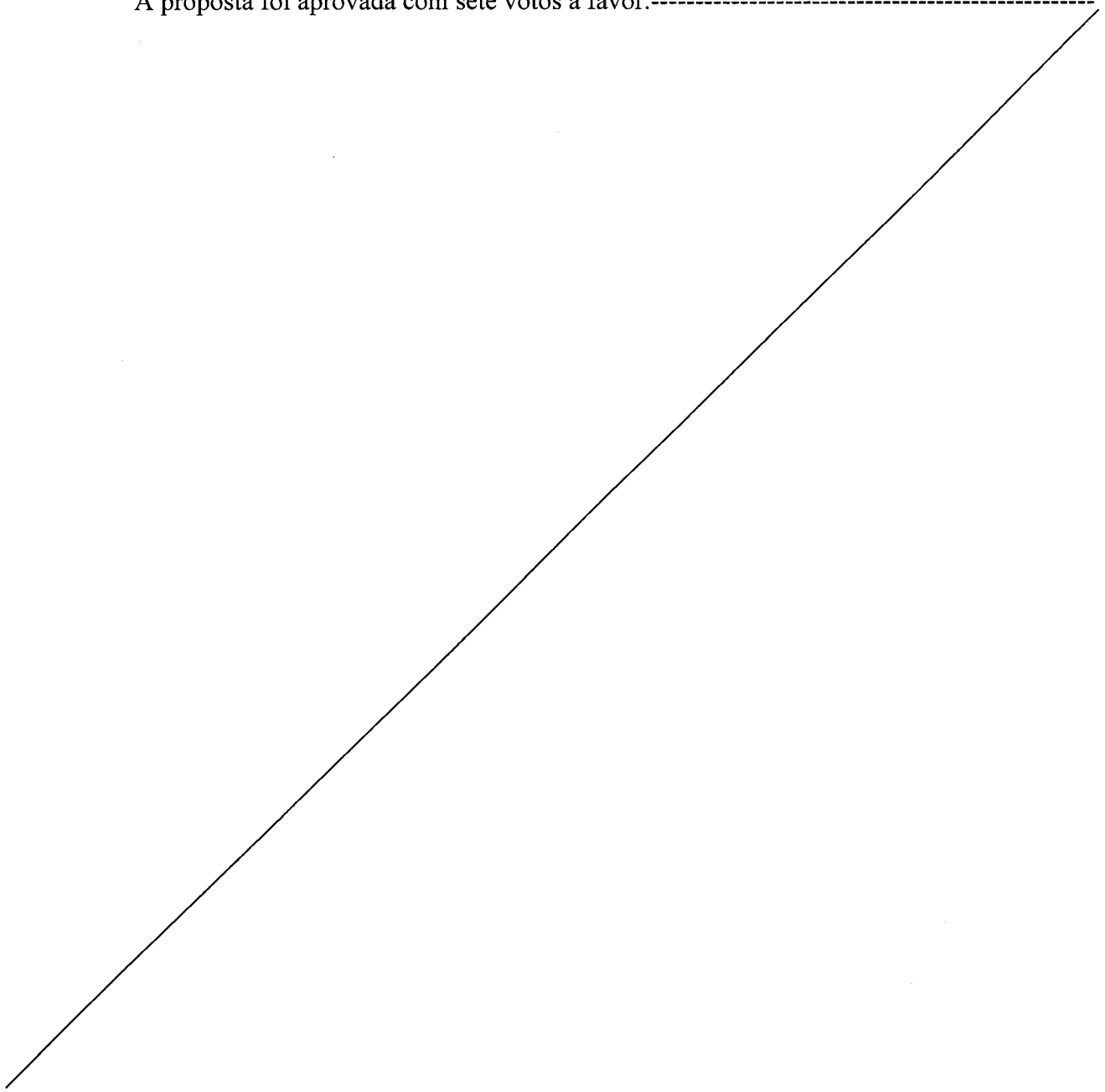
Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

Ac  
A

quantia, conforme consta da deliberação do Conselho de Administração daqueles Serviços de dezasseis de Novembro findo (rubrica orçamental 0701040162).-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





ACTA N.º 23  
30 de Setembro de 2009  
5 / 16

62

**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO**  
**SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA ELECTRICIDADE E SANEAMENTO**

**3 - INTERCEPTOR DA RIBEIRA DO PISÃO**

**APROVAÇÃO DA PLANTA E MAPAS CADASTRAIS E RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS  
INDEMNIZAÇÕES DEVIDAS PELA CONSTITUIÇÃO DE SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS DE  
AQUEDUTO.**

Presente informação conjunta da Directora Delegada destes Serviços Municipalizados e Directora do Departamento Administrativo da Câmara Municipal de 28 do corrente mês de Setembro a remeter o Relatório que se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo I da mesma, composto por 142 folhas. -----

O Conselho de Administração, na sequência da deliberação de 8 de Outubro de 2008, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, deliberou aprovar a Planta e Mapa de Cadastros e Relatório anexo e remeter o assunto à Câmara Municipal para os efeitos referidos nos números 8 e 10 da aludida informação, e promover uma alteração orçamental para efeitos de reforço da dotação da rubrica que suportará o pagamento das indemnizações, a ser aprovada na próxima reunião. -----



Processo n.º: 96/03 PPI n.º: 0701040162 Registo n.º:  
Assunto: Interceptor da Ribeira do Pisão – Servidão Administrativa  
Resolução de Requerimento de Declaração de Utilidade Pública Urgente  
Localização: Água Longa

Despacho

28 / 09 / 2009

A Administradora Delegada,

Ana Maria Moreira Ferreira

Informação Superior

Informação Técnica

- 1 – Através da deliberação dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso de 8 de Outubro de 2008, foi aprovado o projecto de execução do Interceptor da Ribeira do Pisão – encontrando-se em organização o processo de concurso da respectiva empreitada.
- 2 – Para a instalação do Interceptor encontra-se prevista no projecto, a utilização de 41 parcelas de terreno de propriedade privada, constituindo 2.981,48 metros de extensão do mesmo Interceptor.
- 3 – A instalação destas infra-estruturas em terrenos de propriedade privada tem enquadramento no Decreto-Lei 34.021, de 11 de Outubro de 1944, publicado no Diário do Governo n.º 223, que prevê a constituição de servidões administrativas de aqueduto que obrigam os proprietários ao consentimento da ocupação e trânsito na execução de escavações, assentamento de tubagens e seus acessórios, sendo estabelecidos com carácter permanente os ónus da sua instalação e manutenção. À constituição deste ónus corresponderá uma indemnização, na medida em que cause efectiva diminuição do valor dos prédios a que respeitam as parcelas.
- 4 – A constituição da servidão carece de Declaração de Utilidade Pública Urgente pelo Ministro da tutela, publicada na II Série do DR, precedida dos actos preparatórios e instrutórios legalmente previstos.
- 5 – Para se iniciar todo o processo é necessário desde já a Resolução de Requerimento da Declaração de Utilidade Pública Urgente na Constituição da Servidão pela Administração, nos termos do art.º 1.º do DL 34.021 e do n.º 1 do art.º 8.º da Lei 168/99, com aprovação do Relatório que se anexa, subscrito por Perito da Lista Oficial, e constituído pelos seguintes elementos:

- Memória Justificativa
- Bases de Avaliação
- Ficha Individual de Avaliação
- Mapa Cadastral



- Planta Cadastral
- Cartas de Condicionantes e de Ordenamento do PDM para as parcelas a afectar

6 – O Relatório contém todos os elementos que fundamentam a resolução de requerer a declaração de constituição da servidão, designadamente:

- A causa de utilidade pública a prosseguir, e a norma habilitante;
- As relações dos bens a afectar, e dos proprietários e demais interessados conhecidos;
- A previsão do montante dos encargos a suportar com a servidão;
- A indicação do previsto em PDM para as parcelas de terreno a afectar.

7 – Os encargos previstos com a constituição da servidão totalizam 30.820,37€.

8 – Propõe-se que o Conselho de Administração aprove a Planta e Mapa Cadastrais e Relatório de Avaliação e remeta o assunto à Câmara Municipal para efeitos de aprovação da Resolução de Requerimento da Declaração de Utilidade Pública Urgente na Constituição da Servidão.

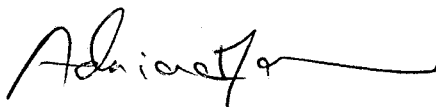
9- Quanto aos encargos previstos com a constituição da servidão, que serão suportados pelo orçamento dos Serviços Municipalizados, conforme consta da deliberação de 8 de Outubro de 2008, sendo necessário reforçar a respectiva rubrica orçamental.

10- Sem prejuízo do referido no ponto anterior, sugere-se que sejam desde já iniciados os contactos com os respectivos proprietários, para efeitos de negociação das condições da constituição das servidões administrativas.

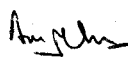
À consideração superior,

Data: 28/09/2009

Directora do Departamento Administrativo

  
Adriana Magalhães

Directora Delegada dos SMAES

  
Ana Maria Sousa



**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO**  
**SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA ELECTRICIDADE E SANEAMENTO**

ACTA N.º 23  
08 de Outubro de 2008

9 / 15

ACTA N.º 28  
30 de Setembro de 2009  
8 / 16

**7 - INTERCEPTOR DA RIBEIRA DO PISÃO**

**APROVAÇÃO DO PROJECTO E INCLUSÃO NO PPI**

Presente a reunião do Conselho de Administração o Processo n.º 96/03 dos SMAES em que é titular "Norte Golfe - Promoções Turísticas e Imobiliárias S.A" contendo em anexo o projecto de execução, bem como o traçado do emissário de ligação dos sistemas de recolha de águas residuais domésticas do empreendimento objecto do contrato de urbanização, ao emissário do Leça, integrado no Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Vale do Ave; a informação prestada pelo Departamento de Planeamento e Habitação da Câmara Municipal em 14 de Fevereiro de 2008, que contém o quadro das indemnizações previstas pela constituição das respectivas servidões administrativas relativas aos prédios afectados pela passagem daquele emissário.

Tendo em conta os seguintes considerandos:

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do nº1 da cláusula 6º do Contrato de Urbanização, celebrado em 10 de Outubro de 2007, nos termos do disposto do artigo 55º do DL nº 555/99 de 16 de Dezembro, entre o Município de Santo Tirso, a Norte Golfe - Promoções Turísticas e Imobiliárias, S.A. e a Golfe da Quinta do Pisão - Campos de Golfe S.A, estas duas sociedades assumiram a obrigação de construir um emissário, numa extensão de 2.977,60 metros, emissário, esse, que, para além das águas residuais domésticas do referido empreendimento irá recolher uma parte das águas residuais da rede municipal da freguesia de Água Longa, com ligação ao interceptor do Leça e integrado no Sistema Multimunicipal gerido pela empresa Águas do Ave, S.A, assumindo-se, assim, como uma obra de interesse público;

Considerando que para a instalação do referido emissário terão de ser constituídas servidões sobre os prédios particulares objecto de intervenção, com o pagamento das correspondentes indemnizações;

Considerando que nos termos do disposto nas alíneas b) e c) da cláusula 7ª do referido Contrato de Urbanização caberá ao Município de Santo Tirso proceder e mediar as negociações com os proprietários dos terrenos que ficarão onerados com a servidão de passagem do aludido emissário;



ACTA N.º 23  
08 de Outubro de 2008  
10 / 15

ACTA N.º 23  
30 de Setembro de 2009  
9 / 16

## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA ELECTRICIDADE E SANEAMENTO

Considerando que, não obstante as referidas sociedades assumirem os encargos inerentes às

indemnizações em causa, na eventualidade dos particulares não consentirem as intervenções em causa, terá de ser requerida ao Governo a declaração de utilidade pública da constituição de servidões administrativas sobre os prédios a intervir, para a qual apenas o Município de Santo Tirso tem legitimidade;

Considerando que, neste caso, terá o Município de Santo Tirso de instruir o respectivo processo, do qual constitui elemento necessário a inscrição da respectiva acção no PPI com indicação da rubrica que suportará o montante das indemnizações a pagar aos proprietários;

Considerando que o referido emissário será integrado na rede pública de saneamento que a respectiva construção é necessária para a prossecução dos objectivos destes Serviços Municipalizados, conforme resulta da alínea b) do artigo 1º do respectivo Regulamento;

Considerando assim que, no âmbito das suas competências e no domínio da respectiva autonomia administrativa e financeira, caberá aos Serviços Municipalizados acompanhar a execução do emissário bem como incluir no respectivo Plano Plurianual de Investimentos a rubrica que suportará o pagamento das aludidas indemnizações, não obstante o montante em causa ser suportado pelas sociedades promotoras ao abrigo do disposto na clausula 9ª do referido Contrato de Urbanização e vir a ser transferido para o município de Santo Tirso através do orçamento destes SMAES, pelas mesmas sociedades;

Considerando que o projecto de execução do emissário se encontra em condições de ser aprovado;

O Conselho de Administração dos SMAES delibera:

A) Aprovar o referido projecto;

B) Inscrever no Plano Plurianual de Investimentos a acção relativa à constituição das servidões administrativas a constituir para passagem do emissário e respectiva rubrica, cujo montante estimado é de 30.000,00€ (trinta mil euros), procedendo à respectiva revisão, nos termos do documento que se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante constituindo as subseqüentes três folhas.



**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO**  
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA ELECTRICIDADE E SANEAMENTO

ACTA N.º 23  
08 de Outubro de 2008  
11 / 15

ACTA N.º 23  
30 de Setembro de 2009  
10 / 16

Mais delibera remeter a presente deliberação à câmara municipal para os devidos efeitos e comunicar às referidas sociedades promotoras o teor da presente deliberação.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO  
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, ELECTRICIDADE E SANEAMENTO DE SANTO TIRSO

ACTA N.º 23  
08 de Outubro de 2008  
12 / 15

ACTA N.º 23  
30 de Setembro de 2009  
11 / 16

Act 68

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O  
ANO 2008

- 1ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE  
INVESTIMENTOS E 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DE  
DESPESA

OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	CODIGO DA CLASSIFIC. ORGÁNICA	CODIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	DATAS		EX	VALOR REALIZADO	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEQUINTE	
					INÍCIO	FIM			ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)		ANOS SEQUINTE	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
									TOTAL	DEFINIDO					NÃO DEFINIDO
2. 2.4. 2.4.3. 2.4.3.	2008 1	FUNÇÕES SOCIAIS HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS SANEAMENTO REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS NA EN 105 (REGORDES, STA CRISTOUITO E ÁGUA LONGA - 2 FASE)	50	0701040159	2008/01/02	2008/12/31	0		157.500,00	157.500,00			30.000,00	127.500,00	
2.4.3. 09	2008 9	INTERCEPTOR DA RIBEIRA DO PISÃO - CONSTITUIÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVAS DE AQUEDUTO SUBTERRÂNEO SOBRE PREDIOS PARTICULARES	50	0701040162	2008/10/01	2008/12/31	0					30.000,00		30.000,00	30.000,00
					TOTAL ...				157.500,00	157.500,00		30.000,00		30.000,00	157.500,00

Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
O Presidente da Câmara,

Aprovada em reunião de

**Os Vereadores:**

ACTA N.º 23  
08 de Outubro de 2008  
13 / 15

ACTA N.º 23  
30 de Setembro de 2009  
12 / 16

Am 69

IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS

CLASSIFICAÇÃO		DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO
ORGÂNICA	ECONÓMICA			INSCRIÇÃO DE REFORÇOS	ACTA N.º 23 08 de Outubro de 2008 14/15 ACTA N.º 23 08 de Setembro de 2009 ANUL. 16	
SO	07	SEM ORGANICA				
	0701	AQUIÇÃO DE BENS DE CAPITAL				
	070104	INVESTIMENTOS				
	07010401	CONSTRUÇÕES DIVERSAS				
	0701040159	REDES DE DRENAGEM DE AGUAS RESIDUAIS (ESGOTOS-SANEAMENTO)				
	0701040159	REDE DE DREN.AG.RESD. EN 105(REBORDOES,STA CRIST.COUTO E ÁGUA LONGA - 2ª FASE)	157.500,00		30.000,00	127.500,00
	0701040162	INTERCEPTOR DA RIBEIRA DO PISÃO - CONSTITUIÇÃO DE SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS DE AQUEDUTO SUBTERRÂNEO SOBRE PRÉDIOS PARTICULARES		30.000,00		30.000,00
TOTAL ...			157.500,00	30.000,00	30.000,00	187.500,00
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES ....						
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL ...				30.000,00	30.000,00	

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

O Presidente da Camara, \_\_\_\_\_

Aprovada em reunião de \_\_\_\_\_

Os Vereadores:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_



MAPA DE ÁREAS  
Pisão

Parcela	Nome e moradoras interessadas	Freguesia/ Concelho	Matriz	Descrição Precisa	Condições	Natureza da Parcela	Área (m²)
01	<u>Proprietário:</u> Manuel Gil Prieto de Carvalho Ferreira Casa do Casal - Refojos 4825-292 Refojos - Santo Tirso <u>Proprietário:</u> Maria do Sameiro Brun Lopes Prieto Gil Ferreira Casa do Casal - Refojos 4825-292 Refojos - Santo Tirso	Água Longa Santo Tirso	R - 437	Omisso	Norte: Ribeiro Sul: Rio Leça Nascente: Rio Leça Poente: Manuel Joaquim Alves Rocha	REN + RAN Domínio Público Hídrico	19,78
02	<u>Proprietário:</u> Manuel Joaquim Alves da Rocha Rua Francisco Sá Carneiro, 62 - Água Longa 4825-087 Santo Tirso <u>Usufrutuário:</u> Manuel Joaquim Alves da Rocha Rua Francisco Sá Carneiro, 62 - Água Longa 4825-087 Santo Tirso <u>Usufrutuário:</u> Maria Beatriz Martins Rosário Rua Francisco Sá Carneiro, 62 - Água Longa 4825-087 Santo Tirso <u>Arrendatário:</u> Manuel Joaquim dos Santos Silva Rua de Marmotes, nº 18 - Água Longa 4825 - 092 Santo Tirso	Água Longa Santo Tirso	R - 451	447/19941118	Norte: Ribeiro Sul: Ribeiro Nascente: Domingos André Esteves e Outro Poente: Manuel Gil Prieto Carvalho Ferreira	REN + RAN	64,81
03	<u>Proprietário:</u> José Moutinho Pereira Rua do Cabo, nº 155 - Cabeda - Água Longa 4445-051 Santo Tirso <u>Arrendatário:</u> Manuel Joaquim dos Santos Silva Rua de Marmotes, nº 18 - Água Longa 4825 - 092 Santo Tirso	Água Longa Santo Tirso	R - 452	654/19981218	Norte: Domingos André Esteves Sul: Ribeira de Pisões Nascente: Rosa Alves Poente: Manuel Joaquim Alves da Rocha	REN + RAN Domínio Público Hídrico	117,85
04	<u>Proprietário:</u> Américo Moreira de Oliveira Travessa N. Sr.ª do Rosário, nº 26 - Arcozelo - Água Longa 4825-125 Santo Tirso <u>Arrendatário:</u> Manuel Joaquim dos Santos Silva Rua de Marmotes, nº 18 - Água Longa 4825 - 092 Santo Tirso	Água Longa Santo Tirso	R - 453	Omisso	Norte: Caminho Sul: Ribeiro Nascente: António Marques Silva Ribeiro Poente: Francisco Moreira Neves	REN + RAN Domínio Público Hídrico	209,51

71

AR

6000052

S



## MAPA DE ÁREAS

### Pisão

Parcela	Nome e morada dos interessados	Freguesia/Concelho	Matriz	Descrição Breve	Contornamentos	REN + RAN	Área (m²)
05	<u>Proprietário:</u> Manuel Pereira da Silva Rua Professor José da Silva Areal, nº 67 - Arcozelo 4825-107 Água Longa Santo Tirso <u>Usufrutuário:</u> Manuel Alves Reis Gomes Rua de S. José, nº 28 - Água Longa 4825-113 Santo Tirso	Água Longa Santo Tirso	R - 455	Omisso	Norte: Caminho Sul: Ribeiro Nascente: Caminho de Servidão Poente: José Joaquim Santos Correia e Outro	REN + RAN Domínio Público Hídrico	165,77
06	<u>Proprietário:</u> Luciano Moreira Pereira Rua da Gândara, nº 137 - Alfena 4445-122 Valongo <u>Arrendatário:</u> Manuel Alves Reis Gomes Rua de S. José, nº 28 - Água Longa 4825-113 Santo Tirso	Água Longa Santo Tirso	R - 457	385/19930521	Norte: António Marques da Silva Sul: Ribeiro Nascente: Luciano André do Rosário Poente: António Marques da Silva	REN + RAN Domínio Público Hídrico	128,64
07	<u>Proprietário:</u> C.C.H. de Luciano André do Rosário A/C Adeline Alves Moreira Rua de Água Longa, nº 135 - Lugar de Pidre 4825-071 Santo Tirso <u>Proprietário:</u> Luciano Alves do Rosário Lugar de Arcozelo, nº 63 - Água Longa 4825-071 Santo Tirso <u>Proprietário:</u> Maria de Fátima Alves do Rosário Rua de Água Longa, nº 135 - Lugar de Pidre 4825-071 Santo Tirso <u>Arrendatário:</u> Manuel Joaquim dos Santos Silva Rua de Mamotes, nº 18 - Água Longa 4825 - 092 Santo Tirso	Água Longa Santo Tirso	R - 458	Omisso	Norte: Caminho Sul: Ribeiro de Pisão Nascente: Luciano André do Rosário Poente: António Marques Silva e Outro	REN + RAN Domínio Público Hídrico	93,93

Ar 72  
0000053  
5



## MAPA DE ÁREAS

### Pisão

Parcela	Nome e morada dos interessados	Freguesia / Concelho	Matriz	Descrição Predial	Confrontações	Natureza da Parcela	Área (m²)
08	<p><u>Proprietário:</u> C.C.H. de Luciano André do Rosário A/C Adeline Alves Moreira Rua de Água Longa, nº 135 - Lugar de Pídre 4825-071 Santo Tirso</p> <p><u>Proprietário:</u> Luciano Alves do Rosário Lugar de Arcozelo, nº 63 - Água Longa 4825-071 Santo Tirso</p> <p><u>Proprietário:</u> Maria de Fátima Alves do Rosário Rua de Água Longa, nº 135 - Lugar de Pídre 4825-071 Santo Tirso</p> <p><u>Arrendatário:</u> Luciano Alves do Rosário Lugar de Arcozelo, nº 63 - Água Longa 4825-071 Santo Tirso</p>	Água Longa Santo Tirso	R - 459	1067/20040324	Norte: Caminho Sul: Ribeiro de Pisão Nascente: Maria de Fátima C.B. Moutinho Poente: Luciano André do Rosário	REN + RAN Domínio Público Hídrico	105,21
09	<p><u>Proprietário:</u> Manuel Ferreira Sanroque Rua das Vinhas, nº 15 - Água Longa 4825 - 120 Santo Tirso</p> <p><u>Usufrutuário:</u> Maria da Conceição Moreira Bessa Rua de Água Longa nº 43 - Água Longa 4825-069 Santo Tirso</p>	Água Longa Santo Tirso	R - 460	1050/20031219	Norte: Caminho Sul: Ribeiro de Pisão Nascente: Joaquim Francisco Alves e Outro Poente: Luciano André do Rosário	REN + RAN	149,91
10	<p><u>Proprietário:</u> José da Silva Ferreira Moutinho Rua de Água Longa, nº 43 - Pídre - Água Longa 4825-069 Santo Tirso</p> <p><u>Usufrutuário:</u> Maria da Conceição Moreira Bessa Rua de Água Longa nº 43 - Água Longa 4825-069 Santo Tirso</p>	Água Longa Santo Tirso	R - 639	-	Norte: Luciano André do Rosário Sul: Ribeiro de Pisão Nascente: António Marques da Silva Poente: Herdeiros Félix Ferreira do Souto	REN + RAN	166,19
11	<p><u>Proprietário:</u> Manuel Pereira da Silva Rua Professor José da Silva Areal, nº 67 - Água Longa 4825 - 107 Santo Tirso</p>	Água Longa Santo Tirso	R - 638	1021/20030522	Norte: Manuel António Francisco Serrado Sul: Manuel António Francisco Serrado Nascente: Ribeiro do Pisão Poente: Manuel António Francisco Serrado	REN + RAN Domínio Público Hídrico	55,71 73



## MAPA DE ÁREAS

### Pisão

Parcela	Nome e moradia dos interessados	Freguesia / Concelho	Matriz	Descrição Predial	Confrontações	Natureza da Parcela	Área (m²)
12	<u>Proprietário:</u> Luzia Amélia André do Rosário Rua da Queilinha, nº 92 - Água Longa 4825-108 Santo Tirso <u>Arrendatário:</u> Manuel António Bessa Moutinho Rua de Água Longa, nº 47 - Água Longa 4825 - 069 Santo Tirso	Água Longa Santo Tirso	R - 637	832/20011121	Norte: Luciano André do Rosário Sul: Ribeiro do Pisão Nascente: Ribeiro do Pisão Poente: Ribeiro	REN + RAN Domínio Público Hídrico	313,25
13	<u>Proprietário:</u> C.C.H. de Luciano André do Rosário A/C Adelina Alves Moreira Rua de Água Longa, nº 135 - Lugar de Pidre 4825-071 Santo Tirso <u>Proprietário:</u> Luciano Alves do Rosário Lugar de Arcozelo, nº 63 - Água Longa 4825-071 Santo Tirso <u>Proprietário:</u> Maria de Fátima Alves do Rosário Rua de Água Longa, nº 135 - Lugar de Pidre 4825-071 Santo Tirso	Água Longa Santo Tirso	R - 636	Omisso	Norte: Esperança Moreira do Vale Sul: Ribeiro Nascente: Ribeiro do Pisão Poente: Domingos André Esteves	REN + RAN Domínio Público Hídrico	215,98
14	<u>Proprietário:</u> António Augusto Freire Meiro Rua Francisco Sá Carneiro, nº 282 - Água Longa 4825-087 Santo Tirso <u>Outros detentores de Direitos:</u> Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Santo Tirso, CRL Avenida Sousa Cruz, nº 629 4780 - 365 Santo Tirso	Água Longa Santo Tirso	U - P1205	309/19930323	Norte: Estrada Nacional Sul: Luciano André do Rosário Nascente: Ribeiro do Pisão Poente: Domingos André Esteves e Outros	REN + RAN Domínio Público Hídrico	255,71
15	<u>Proprietário:</u> Maria de Fátima Alves do Rosário Rua de Água Longa, nº 135 - Lugar de Pidre 4825-071 Santo Tirso	Água Longa Santo Tirso	R - 1128	Omisso	Norte: António Gonçalves de Oliveira Sul: Estrada Nacional Nascente: Ribeiro Poente: António Moreira Barbosa	RAN REN + RAN Domínio Público Hídrico	873,73

0000055

74



MAPA DE ÁREAS  
Pisão

Parcela	Nome e morada dos interessados	Freguesia/Concelho	Matriz	Descrição Predial	Confrontações	Natureza da Parcela	Área (m <sup>2</sup> )
16	<p><u>Proprietário:</u> Herds. de António Gonçalves Oliveira e Manuel Gonçalves Oliveira A/C Manuel do Vale Coelho Rua de São Mamede de Seroa, nº 579 - Seroa 4595-456 Paços de Ferreira</p> <p><u>Proprietário:</u> Joaquim do Vale Coelho Avenida D. José de Lencastre nº 126 4590-506 Paços de Ferreira</p> <p><u>Proprietário:</u> António Manuel Moreira Coelho Rua Capitão da Praça, nº 282 1º Esq. 4590-570 Paços de Ferreira</p> <p><u>Proprietário:</u> José Emanuel Moreira Coelho Lugar Casa do Paço 4595-456 Seroa</p> <p><u>Proprietário:</u> António do Vale Ferreira Coelho Lameiras - Duas Igrejas 4580 - 372 Paredes</p> <p><u>Proprietário:</u> Ilídio André Esteves Rua da Igreja nº 35 - Água longa 4825 - 089 Santo Tirso</p> <p><u>Proprietário:</u> José Joaquim Ribeiro André Esteves Rua de Santa Ana, nº 88 - Água Longa 4825-110 Santo Tirso</p>	Água Longa Santo Tirso	R - 1131 R - 1133	1133/20041203	Norte: Manuel Gonçalves de Oliveira Sul: Herdeiros de Esperança Moreira do Vale Nascente: Ribeiro Poente: Caminho	RAN Domínio Público Hídrico	151,46



MAPA DE ÁREAS  
Píção

Parcela	Nome e morada dos interessados	Ereguesia/Concelho	Matriz	Descrição Predial	Confrontantes	Natureza do Direito	Área (m²)
16	<p><u>Proprietário:</u> António Joaquim Ribeiro André Rua da Igreja nº 35 - Água Longa 4825 - 089 Santo Tirso</p> <p><u>Proprietário:</u> José do Vale Ribeiro Rua de São Pedro, nº 1251 - Agrela 4780 - 726 Santo Tirso</p> <p><u>Proprietário:</u> Joaquim do Vale Ribeiro Rua São João do Sobrado, nº 3734 - Sobrado 4440-339 Valongo</p> <p><u>Proprietário:</u> Ana Rosa Vale Ribeiro Rua do Calvário, nº 50 4440 - 606 Valongo</p>						
17	<p><u>Proprietário:</u> Herds. de António Gonçalves Oliveira e Manuel Gonçalves Oliveira A/C Manuel do Vale Coelho Rua de São Mamede de Seroa, nº 579 - Seroa 4595-456 Paços de Ferreira</p> <p><u>Proprietário:</u> Joaquim do Vale Coelho Avenida D. José de Lencastre nº 126 4590-506 Paços de Ferreira</p> <p><u>Proprietário:</u> António Manuel Moreira Coelho Rua Capitão da Praça, nº 282 1º Esq. 4590-570 Paços de Ferreira</p> <p><u>Proprietário:</u> José Emanuel Moreira Coelho Lugar Casa do Paço 4595-456 Seroa</p>	Água Longa Santo Tirso	R - 1135 R - 1137	1128/20041203	Norte: Manuel Gonçalves Oliveira Sul: Rêgo Forreiro  Nascente: Ribeiro Poente: Caminho	RAN Domínio Público Hídrico	438,06

0000057



# MAPA DE ÁREAS

Pisão

Parcela	Nome e morada dos interessados	Freguesia / Concelho	Matriz	Descrição Predial	Condomínios	Outras
17	<p><u>Proprietário:</u> António do Vale Ferreira Coelho Lameiras - Duas Igrejas 4580 - 372 Paredes</p> <p><u>Proprietário:</u> Ilídio André Esteves Rua da Igreja nº 35 - Água Longa 4825 - 089 Santo Tirso</p> <p><u>Proprietário:</u> José Joaquim Ribeiro André Esteves Rua de Santa Ana, nº 68 - Água Longa 4825-110 Santo Tirso</p> <p><u>Proprietário:</u> António Joaquim Ribeiro André Rua da Igreja nº 35 - Água Longa 4825 - 089 Santo Tirso</p> <p><u>Proprietário:</u> José do Vale Ribeiro Rua de São Pedro, nº 1251 - Agrela 4780 - 726 Santo Tirso</p> <p><u>Proprietário:</u> Joaquim do Vale Ribeiro Rua São João do Sobrado, nº 3734 - Sobrado 4440-339 Valongo</p> <p><u>Proprietário:</u> Ana Rosa Vale Ribeiro Rua do Calvário, nº 50 4440 - 606 Valongo</p> <p><u>Arrendatário:</u> Manuel Joaquim dos Santos Silva Rua de Marmotes, nº 18 - Água Longa 4825 - 092 Santo Tirso</p>					

00.00058



## MAPA DE ÁREAS

### Pisão

Parcela	Nome e endereço dos interessados	Freguesia/Concelho	Matr.	Descrição Predial	Confrontantes	Natureza da Parcela	Área em m <sup>2</sup>
18	<u>Proprietário:</u> José Carlos Ferreira Correia Rua do Capitão, nº 10 - Água Longa 4825-076 - Santo Tirso <u>Arrendatário:</u> José da Costa Pinheiro Rua da Costa, Entrada nº 210 - 2º DTO - Água Longa 4825-077 Santo Tirso	Água Longa Santo Tirso	R - 1227	543/20050225	Norte: António Reis Pinto Lopes Sul: Caminho Nascente: Ribeiro do Pisão Poente: José Carlos Ferreira Correia	RAN Domínio Público Hídrico	237,82
19	<u>Proprietário:</u> António Reis Pinto Lopes Rua Ribeira do Pisão, nº 14 - Água Longa 4825-102 Santo Tirso	Água Longa Santo Tirso	U - 964	Omisso	Norte: Joaquim Gonçalves Sul: Herdeiros de Joaquim Ferreira Couto Nascente: Herdeiros de Joaquim Ferreira Couto Poente: Caminho	RAN Domínio Público Hídrico	13,27
20	<u>Proprietário:</u> José Vieira Teixeira Lugar Belos Ares - Borba de Godim 4615-305 Felgueiras <u>Arrendatário:</u> Manuel Alves da Rocha Lugar de Sobradelo - Água Longa 4825 - 118 Santo Tirso	Água Longa Santo Tirso	R - 1228	94/19880113	Norte: Maria Emília Pinto Correia Sul: Maria Emília Pinto Correia Nascente: Ribeiro do Pisão Poente: Caminho Público	RAN Domínio Público Hídrico	94,55
21	<u>Proprietário:</u> Vitor Manuel Cerqueira Carneiro Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, nº 88 - Água Longa 4825-087 Santo Tirso Outros detentores de direitos: Banco Comercial Português, S.A. Praça D. João I, nº 28 4000-295 Porto	Água Longa Santo Tirso	U - 869	657/19990107	Norte: José Vieira Teixeira Sul: José Vieira Teixeira Nascente: Ribeiro Poente: Caminho Público	RAN Domínio Público Hídrico	34,91
22	<u>Proprietário:</u> Ventura Martins da Costa Rua da Ribeira de Pisão, nº 30 - Água Longa 4825-111 Santo Tirso	Água Longa Santo Tirso	U - 921	Omisso	Norte: Jaime Joaquim Gonçalves Sul: José Vieira Teixeira Nascente: Ribeiro do Pisão Poente: Caminho Público	RAN Domínio Público Hídrico	69,83
23	<u>Proprietário:</u> Jaime Joaquim Gonçalves Rua de Lameirões, nº 16 - Água Longa 4825-090 Santo Tirso	Água Longa Santo Tirso	R - 1230	Omisso	Norte: Rui Manuel Alves da Rocha Sul: Herdeiros de Manuel José Francisco Rocha Nascente: Ribeiro do Pisão Poente: Herds de Manuel José Francisco Rocha	RAN Domínio Público Hídrico	179,62



## MAPA DE ÁREAS

### Píção

Parcela	Nome e endereços dos interessados	Freguesia / Concelho	Matriz	Descrição Predial	Confrontações	Natureza da Parcela	Área (m²)
24	<u>Proprietário:</u> Rui Manuel Alves da Costa Rua da Boloca, nº 34 - Água Longa 4825-074 Santo Tirso	Água Longa Santo Tirso	R - 1231	1401/20081205	Norte: António Moreira Rocha Sul: Herdeiros de Joaquim Ferreira Souto Nascente: Ribeiro do Píção Poente: Caminho	RAN Domínio Público Hídrico	63,35
25	<u>Proprietário:</u> Clarinda Pereira da Rocha Rua da Serra, nº39 - Água Longa 4825 - 117 Santo Tirso	Água Longa Santo Tirso	R - 1232	Omisso	Norte: José Francisco André Sul: Rui Manuel Alves da Costa Nascente: Ribeiro do Píção Poente: Caminho	RAN Domínio Público Hídrico	62,31
25	<u>Proprietário:</u> Hérs. António Moreira da Rocha A/C Clarinda Pereira da Rocha Rua da Serra, nº39 - Sobradelo - Água Longa 4825-117 Santo Tirso <u>Proprietário:</u> Mária Pereira da Rocha Rua de Fagilde, nº630 - Reguenga 4825 - 384 Santo Tirso <u>Arrendatário:</u> Jaime Joaquim Gonçalves Rua de Lamerões, nº 16 - Água Longa 4825 - 090 Santo Tirso	Água Longa  Santo Tirso	R - 1232	Omisso	Norte: José Francisco André  Sul: Rui Manuel Alves da Costa Nascente: Ribeiro do Píção Poente: Caminho	RAN Domínio Público Hídrico	62,31
26	<u>Proprietário:</u> José Francisco André Rua de Sobradelo, nº 210 - Água Longa 4825-118 Santo Tirso <u>Arrendatário:</u> Mária da Costa Oliveira Rua da Ribeira do Píção, nº 30 - Água Longa 4825-111 Santo Tirso	Água Longa Santo Tirso	R - 1233	Omisso	Norte: Constantino Ferreira da Costa Sul: António Moreira Rocha Nascente: Ribeiro do Píção Poente: Caminho	RAN Domínio Público Hídrico	234,38
27	<u>Proprietário:</u> Rui Manuel Alves da Costa Rua da Boloca, nº 34 - Água Longa 4825-074 Santo Tirso	Água Longa Santo Tirso	R - 1234	1397/20081203	Norte: Caminho Sul: José Francisco André Nascente: Ribeiro do Píção Poente: Caminho	RAN Domínio Público Hídrico	232,48
28	<u>Proprietário:</u> José António Maia Pereira Rua Isabel Matos, nº 111 - 4º Esq. Trás - Alfena 4445 - 253 Valongo	Água Longa Santo Tirso	R - 1239	Omisso	Norte: Casa do Molinho do Próprio Sul: Caminho Nascente: Ribeira do Píção Poente: Caminho	Área Não Urbanizável Domínio Público Hídrico	



MAPA DE ÁREAS  
Pisão

Parcela	Nome e endereço dos interessados	Freguesia/Concelho	Matriz	Descrição Predial	Contratantes	Natureza da Parcela	Área (m²)
29	<u>Proprietário:</u> Luciano Joaquim Maia Pereira Rua Nova da Gândara, nº 814 - Águas Santas 4425 - 148 Maia	Água Longa Santo Tirso	R - 1241	858/20011228	Norte: Rego de Água Sul: Caminho Nascente: António Moreira da Rocha Poente: Lucinda Moutinho Pereira da Silva e Outro	Área Não Urbanizável Domínio Público Hídrico	-
30	<u>Proprietário:</u> Luciano Joaquim Maia Pereira Rua Nova da Gândara, nº 814 - Águas Santas 4425 - 148 Maia	Água Longa Santo Tirso	R - 1243	860/20011228	Norte: Ribeiro do Pisão Sul: Rego de Água Nascente: Ribeiro do Pisão Poente: Ribeiro do Pisão	RAN Domínio Público Hídrico	467,63
31	<u>Proprietário:</u> Luciano Joaquim Maia Pereira Rua Nova da Gândara, nº 814 - Águas Santas 4425 - 148 Maia	Água Longa Santo Tirso	R - 1244	861/20011228	Norte: Manuel Gil Reis Carneiro Dias C. Ferreira Sul: Rego Particular Nascente: Ribeiro do Pisão Poente: Rego Particular	RAN Domínio Público Hídrico	188,39
32	<u>Proprietário:</u> Manuel Gil Carneiro Dias Carvalho Ferreira Quinta de Santa Maria - Torrão 7595 - 104 Alcácer do Sal	Água Longa Santo Tirso	R - 1247	932/20020809	Norte: Ribeiro do Pisão Sul: Caminho Nascente: Manuel Gil dos R.C. de C. Ferreira Poente: Lucinda Moutinho Pereira Silva e Outro	RAN Domínio Público Hídrico	977,59
33	<u>Proprietário:</u> Maria Rosália Barbosa Ferreira Couto Rodrigues Rua das Paredes, nº 497 São Pedro Fins 4425-531 Maia <u>Usufrutuário:</u> Rosa Marinha Alves da Rocha Rua das Paredes, nº 497 São Pedro Fins 4425-531 Maia	Água Longa Santo Tirso	R - 1255	152/19890719	Norte: Maria Marques da Costa Sul: José Francisco André Nascente: Caminho Poente: Ribeiro de Pisão	RAN Domínio Público Hídrico	25,04
34	<u>Proprietário:</u> Maria de Fátima de Figueiredo Pereira Oliveira Rua do Cruzeiro, nº 134 - Água Longa 4825-081 Santo Tirso	Água Longa Santo Tirso	R - 1254	Omisso	Norte: Maria Clotilde Soares Sul: Maria Alves da Rocha Nascente: Caminho Poente: Ribeiro do Pisão	RAN Domínio Público Hídrico	977,59

00000061  
S  
A

Atu



MAPA DE ÁREAS  
Píção

Parcela	Notas autorizadas das Interações	Freguesia / Concelho	Matriz	Descrição Predial	Condições	Natureza da Parcela	Área (m²)
35	<u>Proprietário:</u> Golfe da Quinta do Píção - Campos de Golfe, S.A. Avenida Pedro Homem de Melo, nº 55 2 Sala 203 - Aldoar 4150-599 Porto	Água Longa Santo Tirso	R - 1217	1013/20030710	Norte: Caminho Sul: Terrenos do próprio Nascente: Terrenos do próprio Poente: Terrenos do próprio	RAN Domínio Público Hídrico	173,99
36	<u>Proprietário:</u> Norte Golf - Promoções Turísticas e Imobiliárias, S.A. Avenida Pedro Homem de Melo, nº 55 2 Sala 203 - Aldoar 4150-599 Porto	Água Longa Santo Tirso	R - 1422	994/20030410	Norte: Herds. Luís Silveira Machado Soares Sul: Ribeiro do Píção Nascente: Herds. Luís Silveira Machado Soares Luís Ribeiro Machado Soares	RAN Domínio Público Hídrico	63,9
37	<u>Proprietário:</u> Norte Golf - Promoções Turísticas e Imobiliárias, S.A. Avenida Pedro Homem de Melo, nº 55 2 Sala 203 - Aldoar 4150-599 Porto	Água Longa Santo Tirso	R - 1421	933/20020809	Norte: Domínio Público Sul: Manuel Gil dos Reis C. Dias C. Ferreira Nascente: Terrenos do próprio Poente: Manuel Gil dos Reis C. Dias C. Ferreira	RAN Domínio Público Hídrico	473,61
38	<u>Proprietário:</u> Norte Golf - Promoções Turísticas e Imobiliárias, S.A. Avenida Pedro Homem de Melo, nº 55 2 Sala 203 - Aldoar 4150-599 Porto	Água Longa Santo Tirso	R - 1459	375/19940812	Norte: Manuel Gil dos Reis C. Dias C. Ferreira Sul: Ribeiro Nascente: Manuel Gil dos Reis C. Dias C. Ferreira Poente: Caminho	RAN Domínio Público Hídrico	416,78
39	<u>Proprietário:</u> Golfe da Quinta do Píção - Campos de Golfe, S.A. Avenida Pedro Homem de Melo, nº 55 2 Sala 203 - Aldoar 4150-599 Porto	Água Longa Santo Tirso	R - 1217	1013/20030110	Norte: Caminho Sul: Terrenos do Próprio Nascente: Terrenos do Próprio Poente: Terrenos do Próprio	RAN Domínio Público Hídrico	118,56
40	<u>Proprietário:</u> Norte Golf - Promoções Turísticas e Imobiliárias, S.A. Avenida Pedro Homem de Melo, nº 55 2 Sala 203 - Aldoar 4150-599 Porto	Água Longa Santo Tirso	R - 1458	Omisso	Norte: Herds. Luís Silveira Machado Soares Sul: Herds. Luís Silveira Machado Soares Nascente: Herds. Luís Silveira Machado Soares Poente: Caminho e Ribeiro	RAN Domínio Público Hídrico	903,57
41	<u>Proprietário:</u> Norte Golf - Promoções Turísticas e Imobiliárias, S.A. Avenida Pedro Homem de Melo, nº 55 2 Sala 203 - Aldoar 4150-599 Porto	Água Longa Santo Tirso	R - 1457	1330/20080305	Norte: Manuel Gil dos Reis C. Dias C. Ferreira Sul: Norte Golf e Golfe Quinta do Píção Nascente: Norte Golf e Golfe Quinta do Píção Poente: Manuel Gil dos Reis C. Dias C. Ferreira	RAN Domínio Público Hídrico	866,57

00000062

Ata



Act  
A

**8. CONTRATO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA CELEBRADO COM O INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DE REABILITAÇÃO URBANA PARA FINANCIAMENTO DE 45 FRACÇÕES AUTÓNOMAS EM VILA DAS AVES: RATIFICAÇÃO.**-----

Presente ofício de vinte e três de Novembro findo, do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, registado com o número dezasseis mil duzentos e setenta e um, a remeter o Contrato de Participação Financeira acima referido, celebrado na sequência do Acordo de Colaboração celebrado com o município, aprovado pela câmara municipal em reunião de vinte e três de Setembro último (item três da respectiva acta).-----

O Presente contrato tem por objectivo financiar a aquisição de quarenta e quatro fracções autónomas na freguesia de Vila das Aves, destinadas a habitação, para realojamento de agregados familiares carenciados, e uma fracção destinada a equipamento social, cujo valor da aquisição é de 3.031.545,00 € (três milhões e trinta e um mil quinhentos e quarenta e cinco euros), sendo que, deste valor, é financiado pelo Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana o montante de 909.463,50 € (novecentos e nove mil quatrocentos e sessenta e três euros e cinquenta cêntimos).-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse ratificar o aludido Contrato de Participação Financeira.-----

A Câmara deliberou, com sete votos a favor, ratificar o aludido contrato.-----



At

X

**9. OUTROS SUBSÍDIOS.**-----

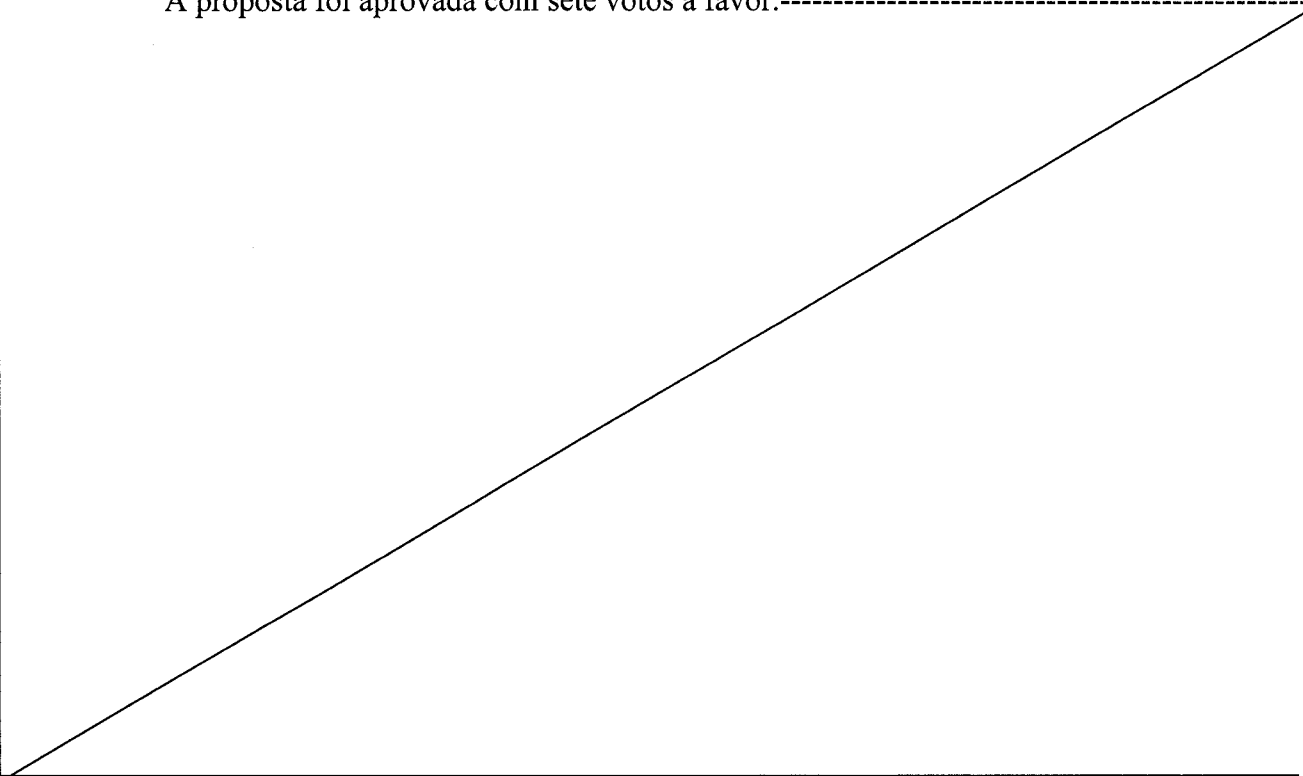
**A) MOVIMENTO PAROQUIAL DE VILA DAS AVES: REALIZAÇÃO DE INICIATIVAS NATALÍCIAS: PEDIDO DE SUBSÍDIO**-----

Presente officio de dez de Novembro findo, do Movimento Paroquial de Vila das Aves, registado com o número quinze mil setecentos e trinta e dois, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com os festejos de Natal na Paróquia de Vila das Aves, no ano de dois mil e nove, nomeadamente a iluminação da Igreja Matriz, a execução de um presépio e sessão de fogo de artifício.

-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara, considerando a competência prevista na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, deliberasse atribuir ao Movimento Paroquial de Vila das Aves, Comissão especialmente constituída para as festas natalícias, representada por Elisabete Conceição S.G. Neiva um subsídio no montante de 250,00 € (duzentos e cinquenta euros).

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.

-----



At  
A

**9. B) À COMISSÃO DE FESTAS DE S. TIAGO – REBORDÕES**-----

Presente ofício de seis de Março último, da Comissão de Festas de S. Tiago de Rebordões, registado com o número seis mil cento e oito, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a realização das festas em honra do Padroeiro da freguesia de Rebordões – S. Tiago, que se realizou no dia vinte e cinco de Julho último.-----

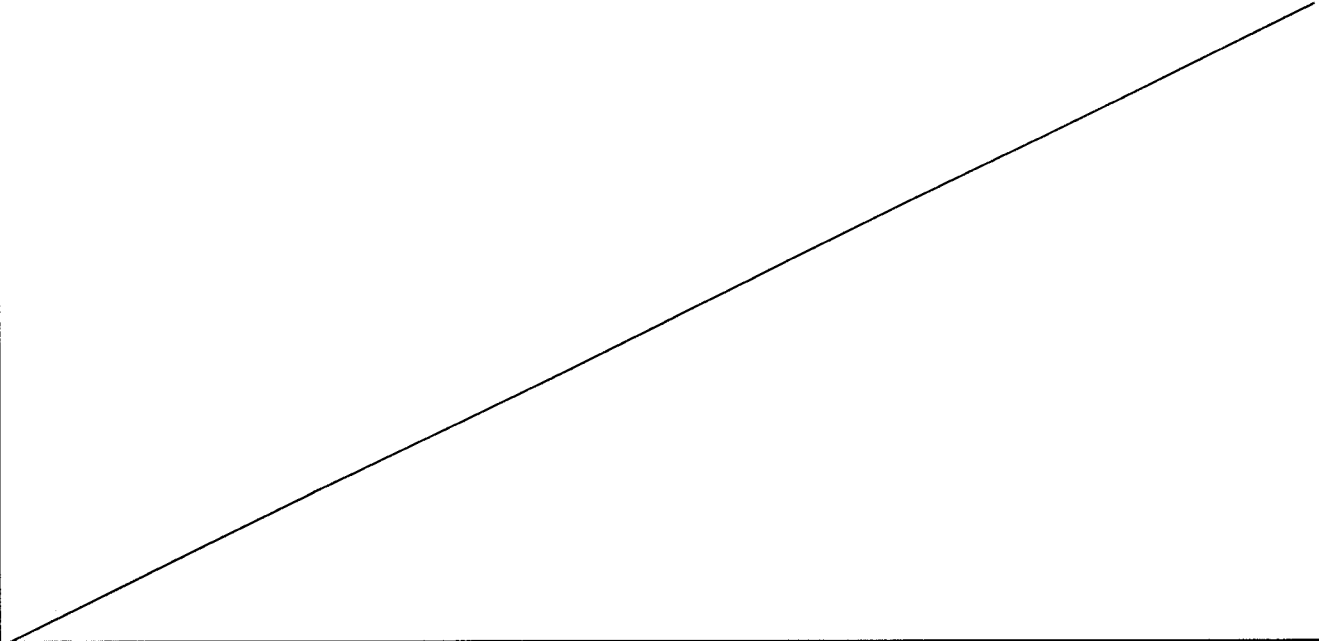
Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que as festas e as romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada;-----

Considerando que a sua realização só é possível devido ao trabalho voluntarioso de comissões que especialmente se constituem para esse efeito;-----

Considerando o disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, proponho a atribuição de um subsídio no montante de 750,00 € (setecentos e cinquenta euros) à Comissão de Festas de S. Tiago, Rebordões, representada por Aurélio Joaquim Gonçalves Maia, para ajudar a custear as despesas com as referidas festas.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





Ar

**9. C) À PARÓQUIA DE S. TIAGO DE AREIAS: FESTAS EM HONRA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO-----**

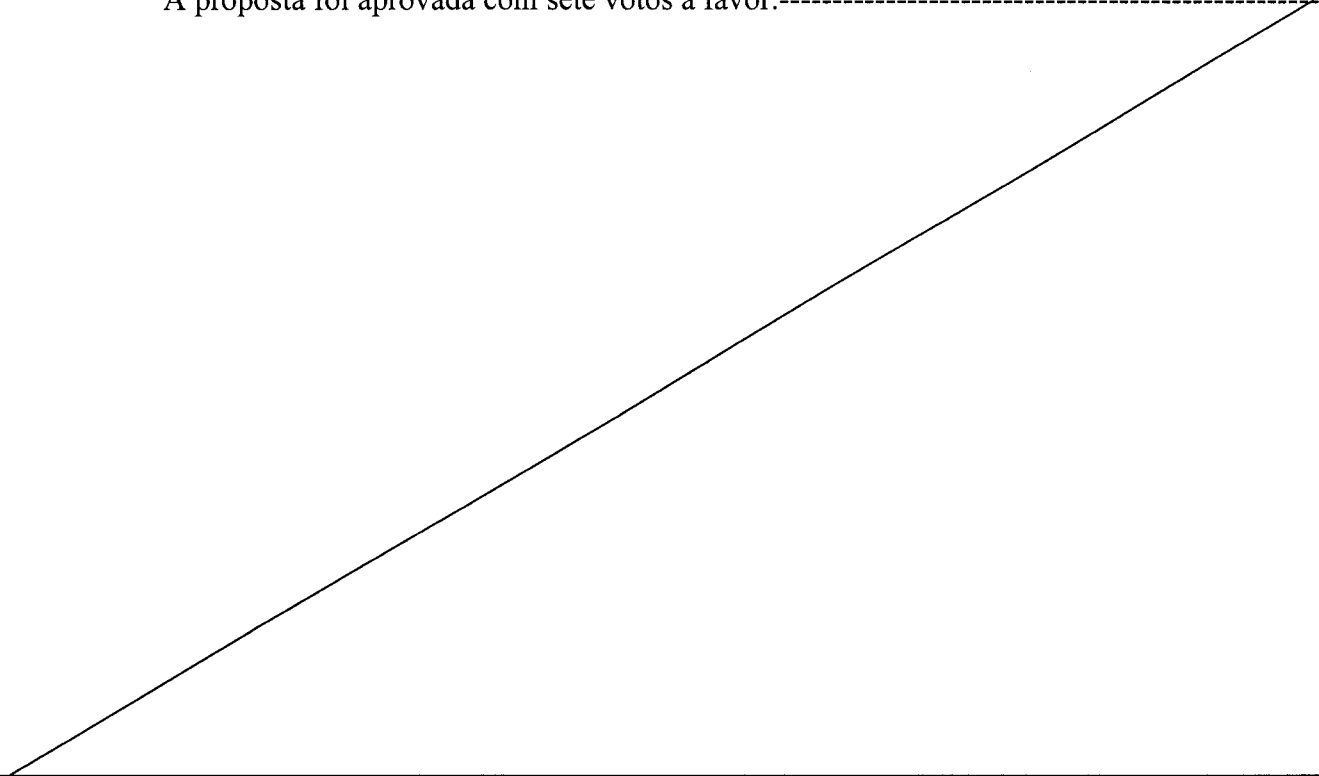
Presente ofício de sete de Janeiro último, da Paróquia de S. Tiago de Areias, registado com o número três mil seiscentos e oitenta e dois, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as festas em honra de Nossa Senhora do Rosário, que se realizaram de vinte e seis a vinte e oito de Julho último.-----

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que as festas e as romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada;-----

Considerando o disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, proponho a atribuição de um subsídio no montante de 250,00 € (duzentos e cinquenta euros) à Paróquia de Tiago de Areias para ajudar a custear as despesas com as referidas festas.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





At-

**9. D) À COMISSÃO DE FESTAS DE S. ROSENDO, FREGUESIA DE COUTO (S. MIGUEL)**-----

Presente ofício de vinte e quatro de Janeiro último, da Comissão de Festas acima referida, registado com o número mil setecentos e setenta e cinco, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as festas em honra de S. Rosendo, que tiveram lugar nos dias vinte e oito de Fevereiro a um de Março último.-----

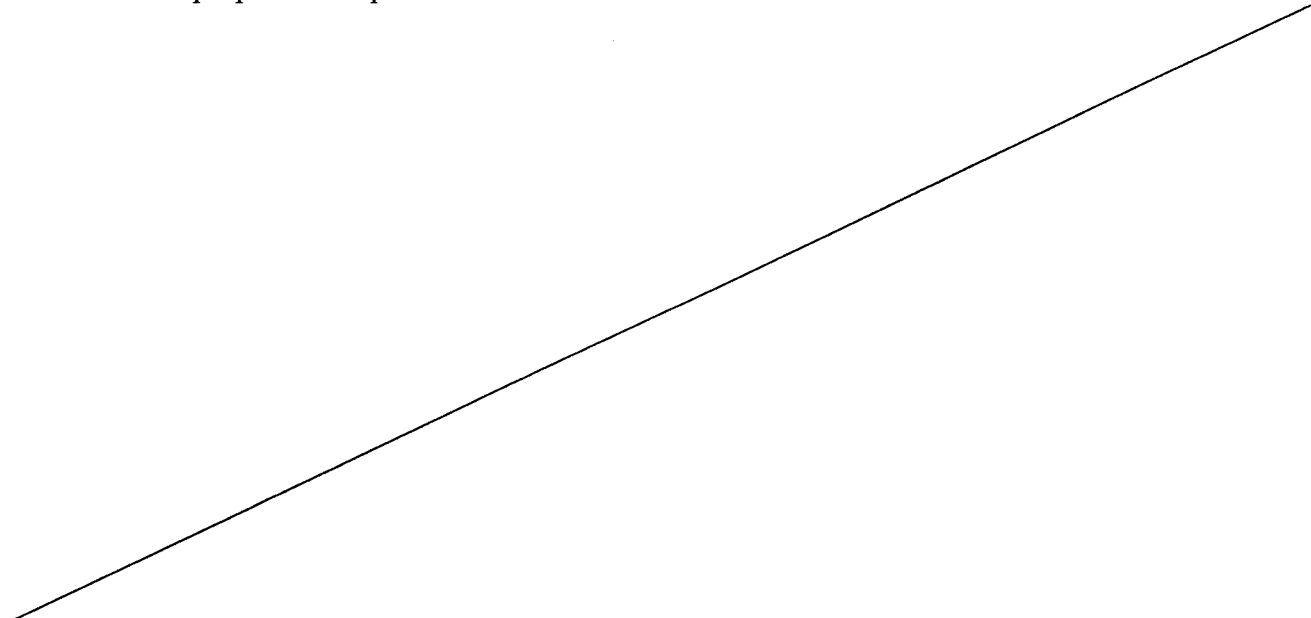
Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que as festas e as romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada;-----

Considerando que a sua realização só é possível devido ao trabalho voluntarioso de comissões que especialmente se constituem para esse efeito;-----

Considerando o disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, proponho a atribuição de um subsídio no montante de 500,00 € (quinhentos euros) à Comissão de Festas de S. Rosendo, representada por Rosália Maria Pimenta Sá Barbosa.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





**9. E) À COMISSÃO DE FESTAS EM HONRA DE S. PEDRO – AGRELA-----**

Presente ofício de dezanove de Janeiro último, da Comissão de Festas em honra de S. Pedro – Agrela, registado com o número mil e dez, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as festas em honra de S. Pedro, que se realizaram naquela freguesia, nos dias quatro e cinco de Julho último.-----

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que as festas e as romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada;-----

Considerando que a sua realização só é possível devido ao trabalho voluntarioso de comissões que especialmente se constituem para esse efeito;-----

Considerando o disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, proponho a atribuição de um subsídio no montante de 200,00 € (duzentos euros) à Comissão de Festas de S. Pedro – Agrela, representada por Maria José Melo Coelho, para ajudar a custear as despesas com as referidas festas.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



AR

*[Handwritten signature]*

**9. F) À JUNTA DE FREGUESIA DE BURGÃES – PAVIMENTAÇÃO DA RUA DO ARREBITADO.**-----

Presente ofício de sete de Setembro último, da Junta de Freguesia de Burgães, registado com o número doze mil oitocentos e vinte e oito, a solicitar a atribuição de subsidio no montante de 10.600,00 € (dez mil e seiscentos euros) para custear as despesas com a pavimentação da Rua do Arrebitado.-----

A Divisão de Vias informa que a obra está concluída em condições aceitáveis.-----

Mais informam que a intervenção consistiu na rectificação do perfil longitudinal e transversal do arruamento, na execução de órgãos de drenagem de águas pluviais e na sua pavimentação com cubos de granito, sendo que o valor dos trabalhos executados é de cerca de 15.000,00 € (quinze mil euros).-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de Burgães um subsidio no montante de 10.600,00 € (dez mil e seiscentos euros).-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----

*[Large diagonal line across the bottom half of the page]*



Ar

*[Handwritten signature]*

**9. G) À JUNTA DE FREGUESIA DE RORIZ – OBRAS NO CEMITÉRIO NOVO.---**

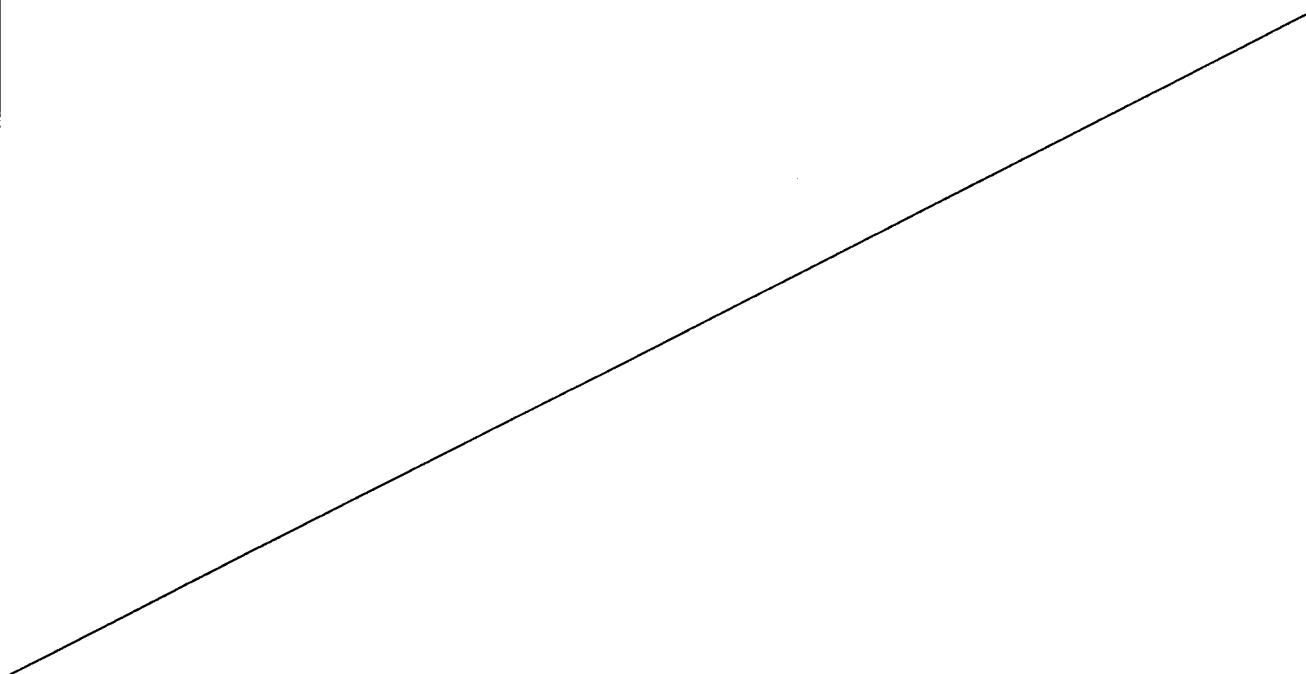
Presente ofício de nove de Novembro findo, da Junta de Freguesia de Roriz, registado com o número quinze mil seiscientos e vinte e três, a solicitar a atribuição de subsidio no montante de 30.000,00 € (trinta mil euros) para custear as despesas com as obras realizadas no cemitério novo, nomeadamente a construção de cintas e paredes interiores a delimitar o espaço de cada uma das sepulturas.-----

A Divisão de Edifícios informa que a obra está em execução e que a intervenção em causa garante um melhor ordenamento do cemitério e evita o aparecimento de assentamentos na área de cada sepultura.-----

Mais informam que, face ao volume e natureza dos trabalhos já executados, o montante solicitado pela Junta de Freguesia é aceitável.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de Roriz um subsidio no montante de 20.000,00 € (vinte mil euros).-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





AE

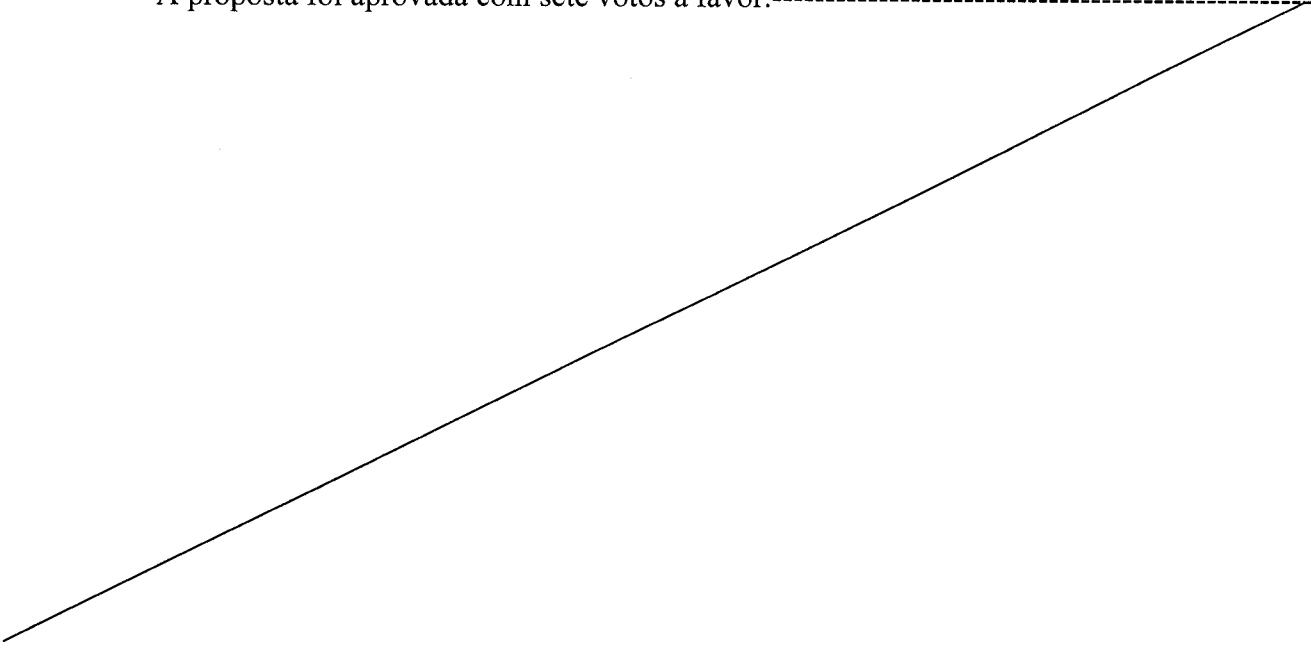
**9. H) À JUNTA DE FREGUESIA DE REFOJOS – ARRANJOS EXTERIORES AOS PRÉ-FABRICADOS INSTALADOS PELA CÂMARA MUNICIPAL PARA SALAS DE AULA DE CATEQUESE.**-----

Presente informação de vinte e cinco de Novembro findo, da Divisão de Edifícios, registada com o número dezasseis mil trezentos e sessenta e três, a remeter estudo para as obras necessárias ao tratamento das áreas envolventes aos pré-fabricados instalados pela câmara municipal na freguesia de Refojos, de modo a criar acessibilidades adequadas a essas instalações e permitir a sua utilização para salas de aula de catequese.-----

Mais informam que o valor total dos trabalhos necessários é de 19.107,00 € (dezanove mil cento e sete euros).-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de Refojos um subsidio no montante de 20.062,35 € (vinte mil e sessenta e dois euros e trinta e cinco cêntimos), com IVA incluído, para execução dos referidos trabalhos, a executar com acompanhamento técnico dos serviços da câmara e a pagar à medida da realização dos trabalhos.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





Ar

*[Handwritten signature]*

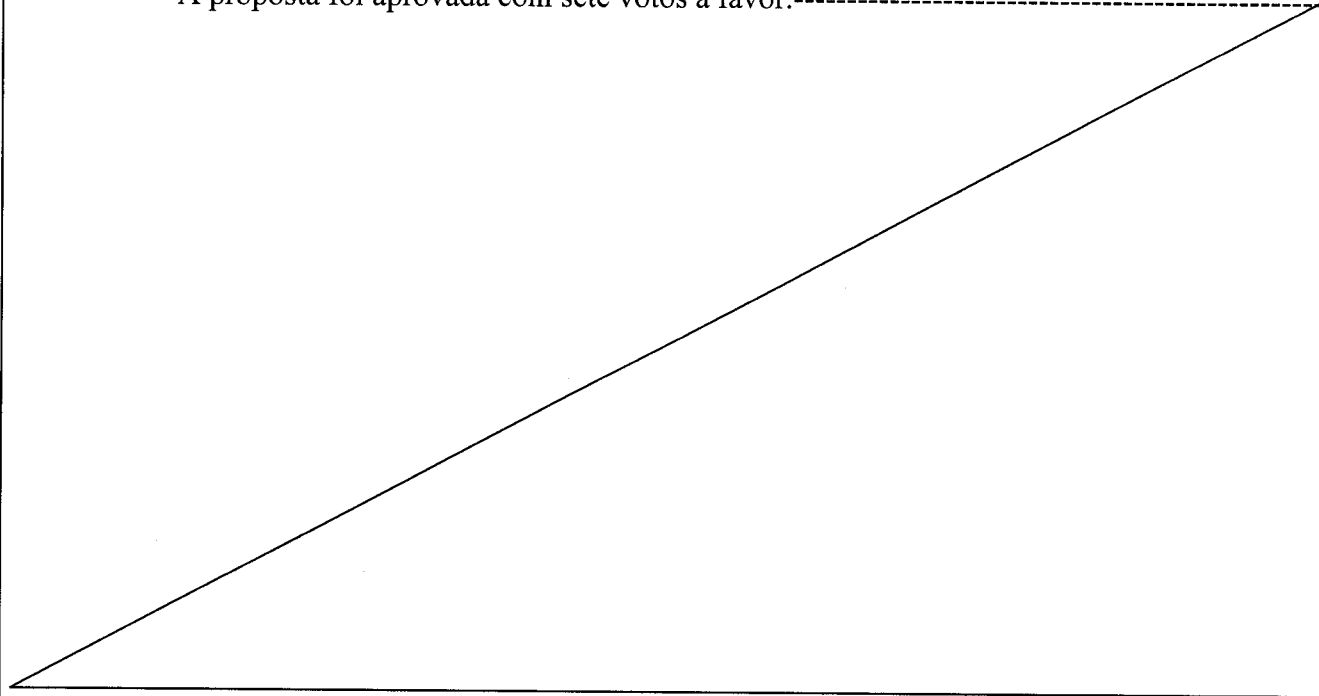
**9. I) À JUNTA DE FREGUESIA DE NEGRELOS (S. MAMEDE): OBRAS NO PARQUE DE LAZER DO OLIVAL: PEDIDO DE SUBSIDIO - REFORÇO.**-----

Presente ofício de doze de Agosto último, da Junta de Freguesia de Negrelos (S. Mamede), registado com o número doze mil quinhentos e trinta e cinco, a solicitar a atribuição de um subsidio no montante de 13.620,10 € (treze mil seiscentos e vinte euros e dez cêntimos) para a execução de obras no parque de Lazer do Olival, em reforço do subsidio atribuído por deliberação camarária de onze de Fevereiro último (item 10 J) da respectiva acta).-----

A Divisão de Edifícios informa que a obra está concluída, sendo o valor total dos trabalhos realizados de 57.648,10 € (cinquenta e sete mil seiscentos e quarenta e oito euros e dez cêntimos), com IVA incluído.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara municipal deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de Negrelos (S. Mamede) um subsidio no montante de 13.620,10 € (treze mil seiscentos e vinte euros e dez cêntimos) em reforço do subsidio anteriormente atribuído.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





Ar

X

**9. J) AO GINÁSIO CLUBE DE SANTO TIRSO – APOIO ÀS ACTIVIDADES DOS ESCALÕES DE FORMAÇÃO E AQUISIÇÃO DE MATERIAL.**-----

Presente ofício de vinte e seis de Novembro findo, do Ginásio Clube de Santo Tirso, registado com o número dezasseis mil e quatrocentos, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as actividades dos escalões de formação, bem como com a aquisição e instalação de sistemas solares térmicos para aquecimento das águas sanitárias e da água da piscina.

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que o Ginásio Clube de Santo Tirso é uma Associação de utilidade pública desportiva, que movimenta um elevado número de pessoas, especialmente jovens, na prática do desporto amador;-----

Considerando que aquela instituição colabora com a autarquia no desenvolvimento das suas atribuições na área do desporto, contribuindo para uma sadia ocupação dos tempos livres dos jovens e para o seu integral desenvolvimento;-----

Considerando a competência prevista na alínea b) do n.º 4 do art.º 64.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, proponho que a Câmara delibere atribuir ao Ginásio Clube de Santo Tirso um subsídio no montante de 30.000,00 € (trinta mil euros).-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



Ar

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

X

**APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA:** No final e depois de lida a presente acta, o Senhor Presidente propôs a aprovação da mesma acta em minuta nos termos do n.º 3 do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro.-----

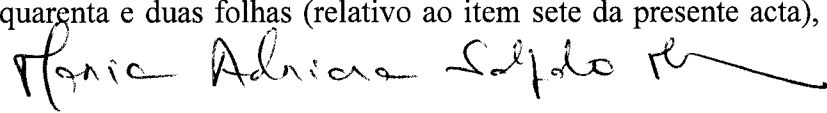
A proposta foi aprovada em minuta com sete votos a favor.-----



AP

**ENCERRAMENTO.**-----

A reunião foi encerrada eram: Onze horas.-----

E para constar se lavrou a presente acta que tem noventa e quatro folhas e um documento anexo, composto por cento e quarenta e duas folhas (relativo ao item sete da presente acta), apenas utilizadas no anverso, que eu 

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

**APROVAÇÃO DA ACTA.**-----

A presente acta foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 16 / 12 / 2009 conforme consta do item um da respectiva acta (folhas vinete e nove da respectiva minuta).-----

A Secretária,